

(y)

OS LEITORES DE
MACHADO DE ASSIS



O ROMANCE
MACHADIANO E O
PÚBLICO DE LITERATURA
NO SÉCULO 19

HÉLIO DE SEIXAS
GUIMARÃES

Quakim
editorial

edusp

CAPÍTULO 1

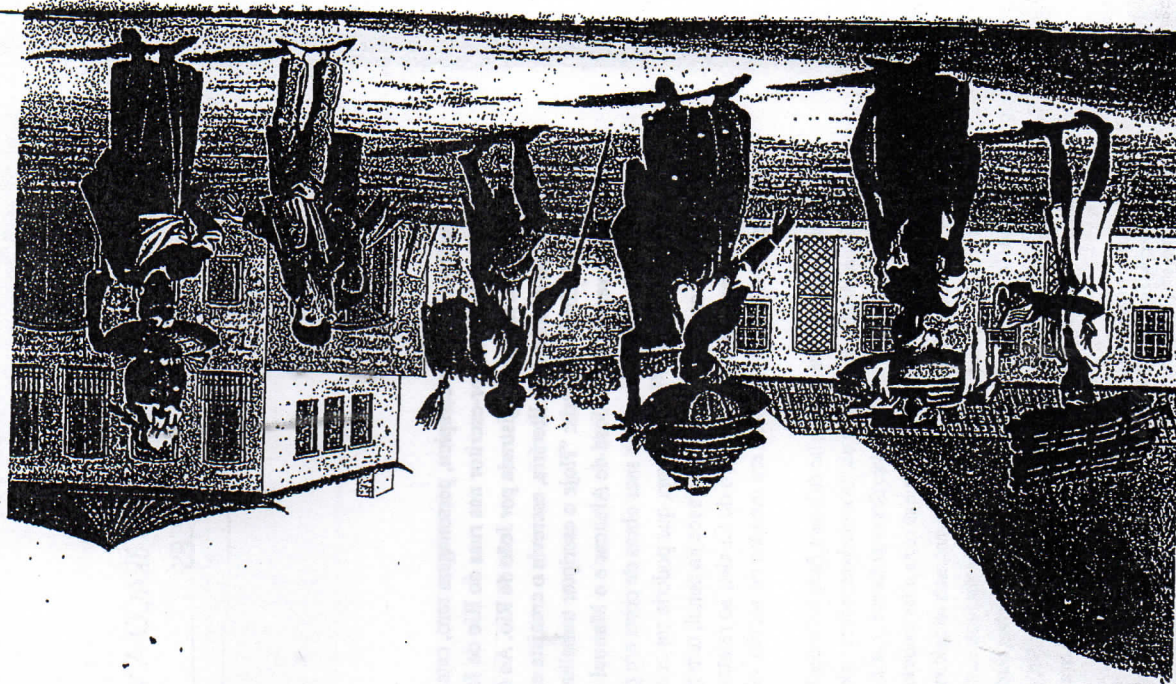
UM PRETO DE BALAIQ NO BRAÇO A VENDER ROMANCES

A metáfora do leitor-carapicu, personagem raro, catado com dificuldade pelo condutor-escritor nas ruas do Rio de Janeiro, tem seu antecedente na imagem registrada por João do Rio. Ao elogiar a profissionalização da atividade literária, escrevia o cronista em 1908, ano da morte de Machado de Assis: "Hoje o escritor trabalha para o editor e não manda vender como José de Alencar e o Manuel de Macedo por um preto de balaiço no braço, as suas obras de porta em porta, como melaças ou tangerinas."⁶² A imagem, que poderia ser atribuída à maledicência contra os fundadores do romance nacional, tem fundamento histórico. Informa Manuela Carneiro da Cunha, ao relatar alguns hábitos comerciais vigentes no Brasil em meados do século 19, que "Por pre-

⁶² João do Rio, *O momento literário*, Rio de Janeiro, Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1908, p. 326. João do Rio volta ao assunto em "Os mercadores de livros e a leitura das ruas", texto publicado em 12.2.1906 no diário carioca *Gazeta de Notícias*, que dá conta da prosperidade do negócio dos "camelões de livros", que no começo dos oitocentos vendiam principalmente as novelas de Carlos Magno: "Há alguns anos, esses vendedores [de livros] não passavam de meia dúzia de africanos, espaçados preguiçosamente como o João Brandão na praça do Mercado. Hoje, há de todas as cores, de todos os feitios, desde os velhos maitiões aos rapazinhos indolentes e aos propagandistas da fé." In João do Rio, *A alma encantadora das ruas* (organização Raúl Ariédo). São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 136-45.

Escritores ambulantes vendiam grande variedade de produtos nas ruas do Rio de Janeiro, como se vê na ilustração de página ao lado. Nesse desenho do inglês Henry Chamberlain, intitulado *Largo do Glória*, há escravos carregando e/ou vendendo feijão, chapéus, bondes, orcos, feijão, vestidos, vassouras e cachaça. A quinquena, segundo figura da esquerda para a direita, também carregava livros entre os produtos que exibiam sobre o cabide. O desenho de Chamberlain foi parte de uma série, realizada entre 1819 e 1820, intitulada *Visões e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro*.

Fonte: Biblioteca Nacional, Seção de Cartografia.



ceito, por decoro, para evitarem o espetáculo tido por indecente que os negros seminus oferecem no centro da cidade, as mulheres brancas pouco saem de casa. Em contrapartida, todo o comércio vem a elas: vendedores de flores, de maçãs importadas dos Estados Unidos, de frutas e legumes, de galinhas e perus, de *livres artificantes* ou de *novelas*, de tecidos, gorros de seda, sapatos, facas, moirings, cristais, porcelanas.⁶³ A associação de novelas e romances ao trabalho escravo de fato não foi expediente estranho ao francês Paul Martin, o filho, provavelmente o primeiro editor que houve no Brasil. Rubens Borba de Moraes relata que, para fazer circular pelo Rio de Janeiro, em 1822, o primeiro catálogo de livros feito no país, Martin mandou um moleque distribuí-lo ou pregá-lo nas paredes.⁶⁴

A imagem do preto de balão no braço vem carregada das tradições que estamos acostumados a reconhecer no Brasil, a começar pela contigüidade entre o romance, produto industrial, manifestação recente e sofisticada da burguesia européia, e o cesto de palha, produto artesanal fabricado pelo índio e pelo escravo. Escravo que por sua vez estabelece e personaliza o vínculo entre o escritor — proprietário do mascate cativo e/ou mandante da venda — e o seu potencial leitor, criando um tipo de intermediação que ia no sentido oposto da relação menos personalizada que o romance inaugurava entre escritores e leitores na Europa. Enquanto aqui o intermediário trabalhava sob os ordens do seu “donô” — proprietário também do livro, que muitas vezes mandava imprimir com dinheiro do seu próprio bolso, como era o caso de Alencar —, nas matrizes da produção romanesca a crescente profissionalização da atividade literária interpunha entre escritor e leitor uma variedade de agentes, envolvidos

⁶³ Mameia Carneiro da Cunha, “Olhar escravo, ser olhado”, in Paulo César de Azevedo, Maurício Lissovsky (org.), *Escravidão brasileira do século XIX na fotografia de Christiano Jr.*, São Paulo, Ex Libris, 1988, pp. xxv-xxvii. Grifos meus.

⁶⁴ Rubens Borba de Moraes, *O bibliófilo aprendiz*, 3. ed., Brasília, Briquet de Lemos Livros, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 1998, pp. 191-92.

“Um mascate com seu escravo” é o título do desenho de Henry Chamberlain na página 40 do livro. Ali, o inglês registra um costume comum do início do século 19: vendedores ambulantes, acompanhados de seus escravos, haviam de casa em casa oferecido mercadorias. O vendedor levava sobrinho para proteger-se do sol, o escravo tem sobre o cabeça um tabuleiro, com tecidos e livros. Ao fundo, um negro com enorme pote sobre o cabeça, leva também uma gorgulhinha no pescoço, para evitar fugas; atrás dele, o homem entrolou uma fadiga de banana no pé, lenhiva para o leito. Fonte: Biblioteca Nacional, seção de iconografia.

com processos de edição, distribuição, divulgação e comercialização do romance. A condição do negro, por sua vez, coloca em dúvida a aplicabilidade à realidade local dos valores burgueses, que em grande medida norteiam o romance europeu, deixando em xeque a pretensa universalidade daqueles valores. Seguimos aqui a linha de análise de Roberto Schwarz, que parece também se aplicar aos modos de circulação do romance. A cena ainda provoca estranheza por apresentar o romance no mesmo balcão das melancias e tangerinas, associando-o aos rebentos da exuberante natureza tropical, numa aproximação surpreendente que será utilizada por Alencar como justificativa para a originalidade de seu romance, como veremos mais à frente. Finalmente, o trecho de João do Rio chama a atenção para as profundas transformações por que passou a relação autor-obra-público entre o momento em que ele escreve, 1908, e o momento a que se refere, a década de 1840, período que compreende toda a vida e produção de Machado de Assis.

Retomando a imagem inicial dos carapicus, podemos pensar que ela guarda relação estrutural com a do negro vendedor de romances, no sentido de estarem ambas marcadas pelo contraste entre a modernidade dos veículos (o romance e o bonde) e a precariedade do meio marcado pela escravidão e pela escassez de passageiros e leitores. Dois dos grandes emblemas do progresso da civilização oitocentista — o romance e o bonde — circulam pelas ruas da Corte em incansável busca, em busca dos carapicus.

Este capítulo trata de como as peculiaridades da relação entre escritor e público, no Brasil, serão compreendidas pelos escritores ao longo do século 19. Num primeiro momento, eles atribuem a baixa ressonância dos seus escritos à indiferença e ao desapego geral pela literatura, assim como à concorrência desleal da produção estrangeira. Só aos poucos os homens de letras tomam contato com as condições reais do país e as limitações colocadas à produção intelectual pela carência de freguesia, conscientizando-se de que era preciso ajustar o tom do romance europeu às condições acústicas locais, muito mais modestas.

...

As incongruências e os resultados pífios das primeiras tentativas de aclimação do romance são assuntos de algumas das melhores

páginas da crítica e da história literária produzidas no Brasil. Desde o trabalho pioneiro de Sílvio Romero procura-se definir a relação entre o romance transportado em balaio e aqueles produzidos nas matrizes europeias, que lhe serviam de inspiração e modelo, enfatizando-se ora o caráter imitativo, ora a originalidade da ficção produzida no país. A começar pela defesa da necessidade de identificação e valorização dos temas nacionais, empreendida por Sílvio Romero, ao exame da transformação dos assuntos locais em forma literária, compreendido por Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas*, a constituição de um "romance brasileiro" é problema recorrente da crítica há mais de um século. No entanto, muito pouco se refletiu sobre as condições peculiares de circulação dos romances — de que a imagem evocada por João do Rio, com toda sua estranheza e contradição, é emblemática — e suas consequências para a ficção oitocentista.

Sabemos que em suas origens o romance não era apenas o gênero que nimitizava de maneira apologetica ou crítica os mecanismos de funcionamento do liberalismo econômico e da sociedade burguesa. Surgido em países que viviam intensos processos de urbanização e alfabetização, o romance era também uma forma literária dirigida para o público burguês, condição da sua existência, sobrevivência e também o seu fim. Ian Watt, no estudo sobre o surgimento do romance na Inglaterra oitocentista, associa o aparecimento desse gênero literário ao interesse crescente pela leitura e à modificação da organização do público leitor. A ampliação das classes médias, que se tornavam mais auto-confiantes e poderosas, transformava radicalmente a posição social do escritor, que deixava de depender do patronato da aristocracia para se relacionar com os interesses e capacidades de um público numeroso e anônimo, comprador de livros e financiador da atividade literária. Ao dirigir-se a um público de amplitude e heterogeneidade até então inéditas, o romancista precisava modular o tom para garantir a comunicação com essa audiência, em grande parte neófito no mundo das letras e de quem o escritor dependia para sobreviver. Para Watt, as novas condições de produção, circulação e consumo da literatura respondem, pelo menos em parte, à maleabilidade peculiar do romance e a ruptura que ele representa em relação às formas fixas, que dominavam a produção anterior e pressupunham a homogeneida-

de dos repertórios do escritor e do seu leitor.⁶⁵ Alterações semelhantes às verificadas na Inglaterra e descritas por Watt ocorreram na França, principalmente a partir do início do século 19, quando a burguesia se pôs a ler, criando um novo regime de comunicação entre escritor e público. Como observa Sautre a respeito da posição social do escritor francês no século 19, ainda que o escritor postulasse sua independência e autonomia em relação a qualquer tipo de ideologia, inclusive a burguesa, era essa a classe — por mais que o escritor a desprezasse — que viabilizava sua atividade e lhe conferia reconhecimento.

Erich Auerbach, em *Mimesis*, faz uma descrição sintética e breve do público francês de literatura na segunda metade do século 19, que crescia com rapidez impressionante devido à generalização da educação formal e constituía uma massa cada vez maior e mais sequiosa de ler. Era a burguesia urbana, que encontrava seu tipo no *bourgeois*, descrito por Auerbach como “aquele ser cuja estupidez, preguiça mental, ênfase, mendacidade e covardia foram repetidamente motivo das mais violentas diatribes por parte dos poetas, escritores, artistas e críticos, desde o Romantismo.”⁶⁶

Além disso, o romance colocava para a literatura questões de escala de produção e distribuição, que passavam a influir no processo literário e sobre as quais os escritores mais empenhados não deixavam de refletir.

Nesse aspecto, a situação brasileira era muito diferente da norte-americana e da européia. Enquanto em 1878 Inglaterra e França tinham respectivamente 70% e 77% de alfabetizados⁶⁷, em meados do século 19 os Estados Unidos já eram considerados uma nação de leitores, com 90% da população branca alfabetizada e um leitorado de livros, jornais e revistas que já superava o britânico. De 1850 a 1859, 32 títulos regis-

⁶⁵ Cf. Ian Watt, *The Rise of the Novel*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1959, p. 35.

⁶⁶ Cf. Erich Auerbach, *Mimesis — A representação da realidade na literatura ocidental*, 2ª ed. revisada, São Paulo, Editora Perspectiva, 1987.

⁶⁷ Em 1830, os índices de alfabetização na Inglaterra e na França eram respectivamente de 36% e 56%. Para mais detalhes, veja-se Lawrence Grewin, *American Education: The National Experience, 1783-1876*, New York, Harper and Row, 1980. Dados citados por William G. Royland Jr., *Literature and the Marketplace — Romantic Writers and their Audiences in Great Britain and the United States*.

traram vendagem igual ou superior a 225 mil exemplares.⁶⁸ Já nas duas primeiras décadas do século 19 escritores como Washington Irving e James Fenimore Cooper viviam exclusivamente dos direitos obtidos sobre a vendagem dos seus livros.⁶⁹ Não por acaso a norte-americana Elizabeth Agassiz registrou, em seu *Viagem ao Brasil 1865-1866* que “nada impressiona tanto o estrangeiro como essa ausência de livros nas casas brasileiras”.⁷⁰ Vão no mesmo sentido as informações de José Veríssimo, que em 1883 refere-se a uma espécie de fobia à “letra redonda” mesmo entre os segmentos instruídos da população:

Entre nós contam-se as casas, a não ser a de algum médico que tem os seus livros de medicina, e a de algum advogado que tem os seus livros de direito, que possuem meia dúzia de volumes. E a respeito de ‘homens formados’ direi de passagem que, segundo me têm comunicado os livreiros desta capital, são eles os que menos livros compram. Os doutores parece têm horror à letra redonda.⁷¹

A capital a que se refere Veríssimo é Belém do Pará, mas os dados de todo o país confirmam a situação descrita. Ao longo de todo o século 19

⁶⁸ Incluem-se aí volumes de poesias de Robert Browning e Walt Whitman, romances de Dickens, *David Copperfield*, *Bleak House*, *Hard Times*, *Little Dorrit* e *A Tale of Two Cities*; Hawthorne, *A letra escanteada*, *A casa das sete torres*; Thackeray, *Pendennis*, *The Newcomes*, *The Virginians*; Sowe, *A cabana do pai Tomás*; Thoreau, *Walden ou A Vida no Bosque*; e Melville, *Moby-Dick*. Para mais detalhes, veja-se Frank Luther Mont, *Golden multitudes — The story of best sellers in the United States*. New York, The Macmillan Company, 1947.

⁶⁹ Um *best seller* em geral é definido como um livro cuja vendagem supera, num determinado período de tempo, o número equivalente a 1% da população do país em que foi lançada. Nos casos citados acima, o período considerado é de 10 anos. Veja-se Frank Luther Mont, *Golden multitudes — The story of best sellers in the United States*. Sobre o aumento do número de jornais em circulação nos EUA no século 19, de 852 em 1828 para 4051 em 1860, vide Neal Gabler, *Vida, o filme — Como o entretenimento conquistou a realidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 35.

⁷⁰ Citado por Laurence Hallowell, *O livro no Brasil: sua história*, p. 601.

⁷¹ José Veríssimo, “Literatura e homens de letras no Brasil” (1883), in *Estudos Brasileiros*, 1ª série, Belém, 1989, p. 133.

os alfabetizados não ultrapassaram os 30% da população brasileira, e não se verificaram alterações de perfil e dimensão do leitorado semelhantes às que acompanharam a emergência do romance na França, Inglaterra e Estados Unidos. Em 1872, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, incluindo os escravos, sabiam ler e escrever, segundo dados do recenseamento; entre a população em idade escolar (6 a 15 anos), que somava 1.902.454 meninos e meninas, apenas 320.749 frequentavam escolas, ou seja, 16,9%. Já em 1890, a porcentagem diminuiu: apenas 14,8% sabiam ler e escrever.⁷² Ainda segundo o censo de 1872, que apurou uma população de quase 10 milhões de habitantes, apenas 12 mil frequentavam a educação secundária e havia 8 mil bacharéis no país. Esses dados indicam o leitorado potencial, o que significa que o número de pessoas efetivamente capazes de ler e escrever era certamente muito menor.⁷³

Certamente muito menor era o número de leitores de literatura, o que fica indicado pelas tiragens. Os livros saíam em edições de mil exemplares, e apenas títulos muito bem-sucedidos chegavam à segunda edição, que podia demorar dezvinte ou trinta anos. Nesse grupo incluíam-se as *Memórias de um sargento de milícias*, com três edições esgotadas "num período de vinte e poucos anos", segundo o redator da *Imprensa Industrial*: "Em um país como o nosso onde poucos lêem e ainda menos compram livros é a mais evidente prova do quanto esse belo

⁷² A população total apurada em 1890 era de 14.333.915. Dos 8.419.672 homens e mulheres livres, havia 1.012.097 homens que sabiam ler e escrever e 3.306.602 analfabetos; entre as mulheres eram 550.981 instruídas e 3.549.992 analfabetas; entre os escravos, que somavam 1.510.806 indivíduos, havia 958 homens e 445 mulheres que sabiam ler e escrever e 804.212 homens e 705.191 mulheres analfabetos. Os dados do recenseamento de 1890 estão citados em José Veríssimo, "Das condições da produção literária no Brasil", in *Estudos da Literatura Brasileira (3ª série)*, Ilêlo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1977, pp. 31-48. Os dados do censo de 1872 constam do "Quadros geraes — Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872." Brasil, Directoria Geral de Estatística, 1876.

⁷³ Os indicadores do potencial de leitura de uma população em geral são calculados a partir do índice de alfabetização e grau de escolarização. Instruções sobre esses cálculos podem ser obtidos em John T. Guthrie; Mary Seifert, *Measuring readership: rationale and technique*, Paris, Unesco, 1984.

romance é conhecido e apreciado."⁷⁴ Exceção das exceções nesse estado de coisas, válido até mesmo para medalhões como José de Alencar e Machado de Assis⁷⁵, parece ter sido *A Moreninha*, de Macedo, que teve a primeira e a segunda edições lançadas em anos consecutivos.

As pequenas tiragens, a lentidão do consumo dos livros e as limitações do público leitor não são, no Brasil, exclusividade do século 19 e, em proporções diferentes, mantêm-se ainda hoje. Em 1980, Laurence Hallowell considera que um romance brasileiro que tenha dez mil exemplares vendidos possa "pretender o status de best seller".⁷⁶

Voltando ao século 19, há de se considerar a divulgação pelas leituras em voz alta, que atingiam numeroso público ouvinte certamente a ser considerado entre os destinatários dos romances. Relatos da leitura

⁷⁴ *Imprensa Industrial*, 10.12.1876, p. 650. O comentário foi feito a propósito do lançamento da edição de Dias da Silva, que aparentemente era a quarta, e não a terceira como publicou o jornal.

⁷⁵ Tomadas isoladamente, as edições de 1.000 exemplares não são suficientes para caracterizar a pouca penetração de textos literários entre o público brasileiro. Como observa L. Hallowell, essas tiragens eram maiores que as de outras nações latino-americanas, como o México, onde as primeiras edições raramente superavam os 500 exemplares e estavam dentro dos padrões europeus contemporâneos, já que em Paris as edições de 500 exemplares eram comuns mesmo para os títulos dos melhores romancistas. No entanto, os dados das tiragens combinados com a velocidade do consumo das primeiras edições, o número total de títulos publicados anualmente no Brasil e os altos preços dos livros são indicadores da pouca popularidade do texto literário no Brasil oitocentista. É Conceição, no artigo "Os livros e a tarifa das alfândegas", publicado em 1879, descreve assim a situação das edições de livros no Brasil: "Todos sabem que quanto maior elle [o número de exemplares] for, até certo ponto, menor será o preço do custo, e por consequência menos o consumidor pagará por cada exemplar. A estereotypia auxilia o editor estrangeiro naquellas obras, que tem de ser reprodutidas em futuras edições, em tempos mais ou menos certos, visto que a grande exportação para todos os paizes do globo lhe proporciona consumo immediato. Entre nós as coisas se passam de modo differente. As edições são insignificantes, raramente excedem a 1000 exemplares, o que torna o livro mais caro 50 por cento. Com pequenas excepções esse mesmo limitado número de exemplares só em um prazo muito longo é consumido, tendo acontecido que, obras importantissimas, até de interesse local em 10 annos estejam ainda em sua primeira edição" in *Revista Brasileira*, Tomo I, 15.9.1879, pp. 607-610.

⁷⁶ Laurence Hallowell, *O livro no Brasil: sua história*, p. 606.

coletiva para pequenos auditórios domésticos são muito frequentes na ficção oitocentista, incluídos os contos e romances de Machado de Assis, onde são várias as cenas de leitura incluídas no texto ficcional. Mas a memória mais célebre dessas leituras caseiras deve-se a José de Alencar, que no ensaio "Como e por que sou romancista" relembra os serões em sua casa, onde novelas e romances eram lidos em voz alta para um auditório participante. Embora essas sessões literárias contribuissem para aumentar o alcance da "literatura nacional", é necessário cautela para não superestimar seu poder de ampliação do público do romance. Vale lembrar que a residência do Senador Alencar, pai do romancista e personagem insigne do império, era um caso particularíssimo entre as residências do Brasil oitocentista. E, tomando por base o apreço da gente instruída de hoje pelos livros e pela literatura, parece-me que o "horror à letra redonda" referido por Veríssimo talvez seja uma afirmação mais generalizável para descrever a relação do público brasileiro oitocentista com os livros.⁷⁷

Apesar de todas as condições adversas e dessemelhantes das verificadas nas matrizes europeias, o romance floresceu no Brasil. As publicações de *O filho do pescador*, em 1843, e de *A Moreninha*, em 1844, deram início a uma produção que em menos de quatro décadas já incluía uma respeitável quantidade de livros que traziam "Romance Brasileiro" estampado sob seus títulos, além de algumas obras-primas de Machado de Assis.⁷⁸ No entanto, isso não ocorria sem que os escritores manifestassem desconforto diante do efeito quase nulo produzido

⁷⁷ Os textos de ficção têm um alto índice de circulação entre amigos e conhecidos, e calcula-se que os números relativos à leitura de um livro de ficção podem ser quatro ou cinco vezes maiores do que o número de exemplares vendidos somados aos empréstimos em biblioteca. Para mais detalhes, veja-se John T. Guithrie, Mary Seifert, *Measuring readership: rationale and technique*.

⁷⁸ A discussão sobre a origem do romance brasileiro ocupou muitas páginas e alimentou várias disputas entre historiadores da literatura, havendo quem a localizasse ainda no Brasil colônia. No entanto, mais recentemente a primazia do romance tem se dividido entre as obras de Teixeira e Sousa e Joaquim Manuel de Macedo. Para uma exposição completa sobre o assunto ver o capítulo "O problema das origens do romance brasileiro" e "Iniciadores definitivos", in José Adalberto Castello, *Aspectos do romance brasileiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, (coleção "Vida Brasileira", 18), 1960.

por suas obras. Num país onde a grande maioria era iletrada, as referências culturais da elite estavam do outro lado do oceano e o acesso à informação era dificultoso e restrito a muito poucos, não surpreende que os livros fossem lançados ao público como pedras ao poço, fato de que os escritores desde cedo se ressentiram.

O isolamento do escritor

A dificuldade de atingir o público foi percebida e registrada já pelos primeiros "escritores brasileiros", como observa José Veríssimo em sua *História da Literatura Brasileira*:

Já em prosa, já em versos, todos eles lastimavam da pouca estima e mesquinha recompensa do gênio que, parece, acreditavam ter e do desapareço do seu trabalho literário. Não tinham aliás razão. Era considerado pretender que um povo em suma inculto, e de mais a mais ocupado com a questão política, a organização da monarquia, a manutenção da ordem, de 1817 a 1848 alterada por todo o país cuidasse de seus poetas e literatos. Não é, todavia, exato que, apesar disso, os descurasse por completo. O povo amava esses seus patrícios talentosos e subidos, revia-se gostosamente nele, acaudara desvanecido os louvores que mereciam aos que acreditava mais capazes de os apreciar. Supria-lhe esta carência o sentimento patriótico restante dos tempos ainda próximos da Independência, e a ingênua vaidade nacional com ela nascida. (...) *A desconformidade entre aqueles nossos primeiros homens de letras e o meio*, essa, porém, era real, continuou e acaso tem aumentado com o tempo.⁷⁹

De fato, Gonçalves de Magalhães estreia em 1832 com o volume *Poesias* lamentando o desprezo a que está condenada a arte e eximindo-se de eventuais acusações de exagero "quando é manifesto o esquecimento em que estão sepultadas as obras dos nosso melhores Poetas". Francisco de Sales Torres-Homem, num artigo publicado em 1836 na *Revista Brasiliense* a propósito de *Suspiros poéticos e saudades*, comenta em termos perfeitamente românticos: "Entre nós quantos talentos passam incógnitos na vida, como esses rios sem nome nas suas soli-

⁷⁹ José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, pp. 140-1. Grifo meu.

dões!" Ainda mais dramáticas são as palavras de Gonçalves Dias no prólogo da primeira edição dos *Primeiros cantos*, de 1847, em que oferece seus versos ao julgamento do público, dizendo que "tanto melhor se é o desprezo, porque o Autor interessa em acabar com essa vida desgraçada, que se diz de Poeta". Num registro mais doméstico, Fagundes Varela justifica sua decisão de publicar *Vozes da América*, em 1864, pelas instâncias dos amigos e também porque, segundo ele, dá no mesmo publicar os poemas ou deixá-los se perder "ao correr da vassoura pela sala".⁸⁰

O que Veríssimo a princípio atribui a choramingas de homens românticos, acabrunhados com a indiferença dos seus patrióticos às coisas literárias, e depois relativiza pela desconformidade entre os escritores e o meio, resultava também de um desconhecimento generalizado, na primeira metade do século 19, da situação do país e das condições concretas para a produção e circulação de bens culturais. Testemunho precioso dessa ignorância, por parte até mesmo da *intelligentsia*, é o discurso proferido por Januário da Cunha-Barbosa em 1839 por ocasião da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, instituição que tinha por objetivo principal "salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos" além de assinalar "com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos".⁸¹ O texto de Cunha-Barbosa revela muito da noção do país dominante à época, nesse discurso marcado por um vago nacionalismo, flagrante no emprego abundante de substantivos abstratos, adjetivos hiperbólicos e uma profusão de pronomes indefinidos.

Para a produção literária, o desconhecimento real e profundo, associado ao idealismo romântico e aos sonhos de glória e prestígio compa-

⁸⁰ Domingos José Gonçalves de Magalhães, *Poesias e suspiros poéticos e saudades*; Gonçalves Dias, *Primeiros cantos*; Luís Nicolau Fagundes Varela, *Vozes da América*. Cf. Frederico José Silva Ramos (org.), *Grammaire poétique romântique du Brésil*, São Paulo, Edições LEP Ltda., 1949, pp. 2, 72, 347-388, 833-866.

⁸¹ "Discurso" (proferido por Januário da Cunha-Barbosa, 1º secretário perpétuo do Instituto, por ocasião de sua fundação em 1839) in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 2. ed., tomo I, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Lacomert, 1856, pp. 10-21.

ráveis aos dos vates franceses, importados da França junto com os livros que deliciavam o público brasileiro, resultava no que Sílvio Romero definiu em 1897 como "o peculiar e indefinível estado da alma dos talentos sem meio adequado, das inteligências condenadas a labutar no vácuo, sem público, sem o galardão condigno".⁸² Em outras palavras, uma enorme frustração, que transpira dos textos de Alencar no final de sua carreira e será registrada por Machado de Assis na década de 1860 quando, em carta a Alencar, atribui o descaço pela literatura à "conspiração da indiferença".⁸³ termo mais tarde reformado pelo autor d' *O Guarani* para "nova conspiração do despeito que veio substituir a antiga conspiração do silêncio e da indiferença".⁸⁴

Reclamações sobre a negligência e o rebaixamento do gosto público não são exclusividade dos escritores brasileiros oitocentistas e podem ser ouvidas ainda hoje, quase nos mesmos termos, de um escritor de qualquer nacionalidade. No entanto, as queixas de que tratamos aqui se referem a uma situação que então era completamente nova, tanto na Europa quanto no Brasil, e que correspondia à *constituição do público leitor como fato social e como problema*. Vale lembrar que a expressão *reading public* foi empregado pela primeira vez no início do século 19, para descrever uma nova configuração social em que aumentavam o número de leitores e o número e a variedade de publicações criadas para atender as novas demandas. Com isso, modificavam-se também os modos de circulação das obras, assim como as estratégias de vender os encalhes.⁸⁵

No Brasil, a frustração dos escritores produz declarações dramáticas ao longo de todo o século 19, embora a explicação pela indiferença ou pelo despeito do público, tão repetida na primeira metade dos oitocentos, já não se sustente nas duas últimas décadas. Os desabaços de Aluísio Azevedo, datados das décadas de 1880 e 1890, quando o escritor

⁸² Sílvio Romero, *Machado de Assis — Estudo comparativo de Literaturas Brasileira, Camélias*, Editora da Unicamp, 1992, p. 188.

⁸³ Machado de Assis, em resposta a carta de José de Alencar de 1868. OC, vol. 3, p. 900.

⁸⁴ José de Alencar, "Como e por que sou romancista", prefácio a *O Guarani*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, p. 71.

⁸⁵ Cf. William G. Rowland Jr., *Literature and the Marketplace — Romantic Writers and their Audiences in Great Britain and the United States*, p. 17. Tradução minha.

maranhense já estava afastado da vida literária, têm outro tom, e merecem leitura:

...É isto a vida literária! Futuro! Que futuro pode ter uma obra escrita na areia da praia, como os cânticos de Anchieta? Tivesse eu a certeza de que uma só de minhas páginas viveria e ficaria contente... Mas não se vive em tumulto e o português... Não vale a pena. Anchieta ao menos tinha um leitor — o mar. E eu? ⁸⁶

Escrever para quê? para quem? Não temos público. Uma edição de dois mil exemplares leva anos para esgotar-se e o nosso pensamento, por mais original e ousado que seja, jamais se livrará no espaço amplo: voeja entre as grades desta gaiola estreita, que é a celebrada língua dos nossos maiores. ⁸⁷

As explicações para a falta de apelo comercial do livro não se referem mais ao indiferentismo, e sim à carência de leitores e à exiguidade de público para língua portuguesa, que não escapa às "pancadas de amor" de Azevedo, cuja obra está entre as de maior penetração entre o público brasileiro no século 19. Vale lembrar que *O mulato* foi um dos raros casos de repercussão, na Corte, de um fato literário gerado na província; publicado em São Luís em 1881, o romance anticlerical provocou mais reação e escândalo no Rio de Janeiro do que as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, saídas em livro no mesmo ano. A singularidade da situação de Azevedo foi notada por Valentim Magalhães, que em 1896 o apontou como talvez o único escritor brasileiro "que ganha o pão exclusivamente à custa da sua pena, mas note-se que apenas ganha o pão: as letras no Brasil ainda não dão para a manteiga." ⁸⁸ Em realidade, a atividade literária não garantiu o sustento nem de Azevedo nem de qualquer outro escritor brasileiro até pelo menos 1930, conforme demonstra o estudo de Machado Neto, que afirma não ter havido sequer um escritor brasileiro que pudesse

⁸⁶ Citado por Brito Broca, *Papéis de alceste*, Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1991, p. 164.

⁸⁷ Cf. "Aluísio Azevedo", folheto do Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995, p. 61.

⁸⁸ Cf. Valentim Magalhães, *A Literatura Brasileira 1870-1895: notícia crítica dos principais escritores, documentada com escalados exemplos*. Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1896.

viver exclusivamente do seu ofício entre 1870 e 1930. Todos foram obrigados a combinar a literatura com uma ou mais atividades. Azevedo, por exemplo, acabou abandonando completamente as letras por um posto diplomático. ⁸⁹

A diferença mais notável entre as explicações de Azevedo, já no final dos oitocentos, e aquelas formuladas tanto pelos primeiros escritores românticos, quanto por Alencar e pelo Machado de Assis em início de carreira, é o abandono da reclamação de indiferença e o reconhecimento do público minguado. A regularização da produção editorial, a partir da década de 1870, contribuiu para evidenciar a pequena demanda por livros, e o que antes era atribuído a prevenções pessoais começa a receber novas explicações. Aos poucos, percebe-se que além da modesta dimensão, o leitorado era formado por grupos pequenos e homogêneos, que produziam quase que para consumo próprio. Sílvio Romero, já às vésperas do século 20, descreve a situação: "uma pequena elite intelectual separou-se notavelmente do grosso da população (...) e chegamos hoje ao ponto de termos uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e a temperatura exterior." O crítico nota com propriedade a relação frágil entre o grupo minúsculo dos literatos e o povo em geral. analfabeto e descrente, mas identifica o principal sintoma da situação que critica na produção de Machado de Assis que, com seu "humorismo de almanaque" e seu "pessimismo de fancaria", colocava-se na contramão do que Romero defendia: que a literatura e a crítica refletissem a penúria do "estado espiritual da maioria de nossas gentes". ⁹⁰ Mais um ataque injusto de Romero contra o escritor que tratou com profundidade do isolamento e precariedade da produção literária no Brasil, como mostrarei à frente. Injustiça que não surpreende, pois são conhecidos o destempero e a obnubilação da argúcia de Romero quando se trata do autor das *Memórias póstumas*.

José Veríssimo, crítico de temperamento mais equilibrado, faz um diagnóstico semelhante da produção literária no país:

⁸⁹ Cf. Machado Neto, *Estrutura social da República das Letras (Sociologia da vida intelectual brasileira — 1870-1930)*, pp. 83-4.

⁹⁰ Sílvio Romero, *Machado de Assis — Estudo comparativo de Literatura Brasileira*, Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1992.

Tem sido sempre aqui a literatura uma coisa à parte na vida nacional. Feita principal se não exclusivamente por moços despreocupados da vida prática, que sacrificavam a ingênuas ambições de glória ou à vaidade de nomeada, nunca assegurou aos seus cultores posições ou proveitos, como não constituiu jamais profissão ou carreira.⁹¹

Escrevendo no início do século 20, num momento em que a atividade literária ganha especialização e deixa de se confundir com a militância política, Veríssimo reivindica a profissionalização das Letras, mas recorre à aritmética para mostrar a dificuldade da situação:

Essencialmente, o caso se resume em ser aqui, o comércio literário, a oferta extraordinariamente maior que a procura. Há quase tantos escritores como leitores, se não mais. Em país de instrução escassa e molina e cultura sempre incipiente, onde 80% da população é analfabeto e o resto não lê ou lê somente jornais ou línguas estrangeiras, há nos vinte por cento restantes, pelo menos, dez que são literatos, dos quais 6 1/2 ou 7 são poetas. Assim, não lhes sobram leitores, e eles se têm de ler a si mesmos ou entre si. O que se chama o público, esse não os lê. Passa-se então na alma desses romancistas e poetas em potência uma sombria tragédia.⁹²

O aparente exagero do crítico e historiador é relativizado por números curiosos sobre a ocupação profissional dos habitantes do Rio de Janeiro em 1870. Os 235.381 habitantes, compostos de 185.289 pessoas livres e 50.092 escravos, estavam divididos em 424 eclesiásticos, 7.646 militares, 3.066 empregados públicos, 2.806 indivíduos que seguiam profissões literárias, 21.583 comerciantes, 245 capitalistas, 1.522 proprietários, 13.560 lavradores, 1.393 pescadores, 1.603 marítimos, 44.381 indivíduos empregados na indústria, 3.275 em serviços de agência, 53.160 domésticos e 80.717 habitantes cuja profissão não foi possível determinar.⁹³ Ainda que as profissões literárias

⁹¹ José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, p. 223.

⁹² José Veríssimo, apud A. L. Machado Neto, *Estrutura social da República das Letras (Sociologia da vida intelectual brasileira — 1870-1930)*, p. 118.

⁹³ "Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil: Recenseamento do Brasil, 1920". São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p. 197. Esse censo, restrito ao Rio de Janeiro, não incluiu dados sobre nível de instrução e analfabetismo.

incluíssem jornalistas, escreventes, secretários e toda a gente que escreve, 2.806 é um número alentado se considerarmos que os livros, na melhor das hipóteses lançados em edições de mil e quinhentos exemplares, demoravam anos para se esgotar. Isso faz supor que nem aqueles que escreviam profissionalmente prestigiavam os colegas da pena com a compra de um exemplar. Ou que talvez houvesse mais escritores que leitores, disparate não de todo inverossímil se nos fiarmos nas declarações de José Veríssimo.

O isolamento do escritor e a pouca repercussão da produção literária, constatadas por Sílvia Romero e José Veríssimo em observações esparsas, constituem uma das balizas da *História da Literatura Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, que trata das condições de produção e circulação da criação literária:

Está claro que eram grandes [na transição do século 19 para o 20] as dificuldades que se apresentavam ao trabalho intelectual, e particularmente à criação literária. Tais dificuldades se traduziam, inclusive, na ausência da indústria do livro. O mercado brasileiro era dominado pelo produto francês, já que nesse idioma se difundia a cultura literária e por isso os movimentos ocorridos na França encontravam aqui repercussão, com a rapidez que o tempo permitia, e com a penetração que o reduzido número de iniciados possibilitava. O livro português, em seguida, encontrou no Brasil o seu mercado por excelência, sem excluir o primeiro. Foi a atividade editorial lusa que possibilitou aos brasileiros um certo desafogo, nesse campo. Mas há que firmar a idéia de que não existia atividade editorial porque não havia público capaz de permitir a sua criação, e a divisão de trabalho, na sociedade brasileira, não chegara à etapa de criar e diferenciar tal atividade. O produtor estrangeiro atendia perfeitamente as necessidades do mercado.⁹⁴

A relação entre o livro estrangeiro e a pobreza da indústria editorial no Brasil ganha explicação de Sodré, fundamentada em dados da produção da época, que mostram que as tiragens de títulos estrangeiros não eram superiores às de obras nacionais. Ao longo de todo o século 19, no entanto, a literatura estrangeira aparecia como uma das culpadas pela queda da produção local no vácuo do indiferentismo.

⁹⁴ Nelson Werneck Sodré, *História da Literatura Brasileira*, p. 433.

Assim, José de Alencar, na polêmica que manteve no *Journal do Comércio* sobre sua peça teatral *O jesuíta*, escreve em setembro de 1875: "(...) os brasileiros da corte não se comovem com essas futilidades patrióticas; são positivos e sobretudo cosmopolitas, gostam do estrangeiro; do francês, do italiano, do espanhol, do árabe, de tudo, menos do que é nacional."⁹⁵ Vinte anos depois, em 1895, Adolpho Caminha baterá na mesma tecla ao se referir à fria acolhida aos livros nacionais: "A mocidade brasileira não lê obras nacionais; agarra-se no romance estrangeiro com um entusiasmo verdadeiramente lamentável."⁹⁶ Como se nota, o fantasma da concorrência desleal do produto estrangeiro, que volta e meia ressurge no cenário nacional, tem raízes profundas na cultura brasileira.

A mistificação do leitorado brasileiro também se dava do outro lado do Atlântico, onde era comum o superdimensionamento do público brasileiro. Assim, em texto de 1848 José Feliciano de Castilho reconhecia a importância desse leitorado para o livro português, ao mesmo tempo em que lançava um alerta aos seus contemporâneos:

A leitura neste Império não é tão extensa como nós ali julgamos, nem pôde ser avaliada por prismas enganadores. Todavia é para os nossos homens de letras um mercado importante, e que, por varias causas, se pôde considerar, como estando de facto, ha muito fechado para elles.⁹⁷

A julgar pelo catálogo da Livraria Acadêmica, de propriedade de Louis Garraux e ponto de referência de um dos círculos de leitura mais dinâmicos do país, composto pelos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, havia um certo equilíbrio entre os lançamentos de ficção traduzida e a literatura em português. O catálogo de 1865 trazia 473 títulos na seção "Obras de literatura, história, novellas, romances illustrados", dos quais 215 eram traduções e 258 eram obras originalmente escritas em português. Em 1883, a mesma firma publica um catálogo em que 250 páginas são dedicadas a material estrangeiro e 192 a

⁹⁵ Afrânio Coutinho, *A polêmica Alencar-Nabuco*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965, p. 24.

⁹⁶ Adolpho Caminha, *Cartas Literárias*, Rio de Janeiro, Aldina, 1895.

⁹⁷ Trecho de carta de José Feliciano de Castilho enviada a Portugal em 30.3.1848. Reproduzida na *Revista Brasileira*, tomo VIII, 15.6.1881, p. 478.

material em português.⁹⁸ Ainda que, entre as obras escritas em português, muitas delas fossem de origem portuguesa, é preciso considerar que a produção de obras brasileiras era consideravelmente menor que a de obras portuguesas, francesas ou inglesas, fato aliás apontado por Caminha: "O algarismo anual das nossas produções literárias é de um cômodo impagável. Enquanto Paris recebe por dia cem, duzentas obras de escritores franceses, das quais 20pc⁹⁹ podem ser consideradas boas e 50pc excelentes, nós... produzimos anualmente 50 ou 100 das quais dez sofríveis e cinco boas..."¹⁰⁰ A culpabilização da presença da literatura estrangeira e de uma suposta preferência do público pelo que vinha de fora obscurecia a verdadeira raiz do problema, que é aquela mencionada por Sodré. O que está por trás das queixas de Alencar e Caminha, que se referem ao público como indolente, é o fato de as obras estrangeiras abocanharem parte considerável do mingaudo público da literatura, diminuindo ainda mais o infindo potencial para a pequena produção nacional. Quando os escritores portugueses, certamente cobijando os leitores americanos, ambientavam suas histórias em território brasileiro, a reação dos colegas locais era violenta. Foi o que ocorreu com Camilo Castelo Branco, que em 1876 teve seu livro *O cego de Landim* recebido com hostilidade pela crítica fluminense. Entre outras coisas, a má-vontade devia-se ao fato de o romance, história de um português velhaco, moedeiro falso, ser ambientado no Rio de Janeiro.¹⁰¹

A preferência pelo livro estrangeiro de segunda linha, de autores como Paul de Kock, Pérez Escrich e Ponson du Terrail, rendeu outros adjetivos pouco lisonjeiros aos leitores, de gosto muitas vezes qualificado como anacrônico. Alencar, em 1875, declara-se "de sobra conhecido que a platéia fluminense estava em anacronismo de um século com as idéias do escritor"¹⁰² e defende que cabe ao escritor brasileiro atualizar o gosto dos seus contemporâneos. As mesmas questões sobre o anacronismo do gosto do público são levantadas, por uma

⁹⁸ Dados citados por Laurence Halliwell, *O livro no Brasil: sua história*, pp. 227-230.

⁹⁹ "pc" é abreviatura para "por cento".

¹⁰⁰ Adolpho Caminha, *Cartas Literárias*, Rio de Janeiro, Aldina, 1895.

¹⁰¹ A reação ao romance de Camilo Castelo Branco está em artigo publicado no jornal *A Reforma*, do Rio de Janeiro, em 19.10.1876. Veja-se o anexo.

¹⁰² Afrânio Coutinho, *A polêmica Alencar-Nabuco*, pp. 27-8.

ótica diferente, por Aluísio Azevedo num trecho do seu folhetim, *Os mistérios da Tijuca*, em 1891:

No Brasil [...] os leitores estão em 1820, em pleno romantismo francês, querem o enredo, a ação, o movimento; os críticos porém acompanham a evolução do romance moderno e exigem que o romancista siga as pegadas de Zola e Daudet. Ponson du Terrail é o ideal daqueles; para estes Flaubert é o grande mestre. A qual dos dois grupos se deve atender? Ao de leitores ou ao de críticos?

Estes decretam, mas aqueles sustentam. Os romances não se escrevem para a crítica, escrevem-se para o público, para o grosso público, que é o que paga.¹⁰³

O grosso público, aliás, pagava caro por suas leituras ao longo de todo o século 19 e continuaria a fazê-lo durante o século 20 até hoje, quando o preço do livro no Brasil se mantém muito acima do praticado na França, Inglaterra, Portugal e Estados Unidos. No mesmo catálogo da Livraria Acadêmica citado acima, os livros da seção de "Poesias, teatro, poetas nacionais e estrangeiros", que incluía obras de Scott, Dumas, Sue e Paul de Kock, custavam em 1865 entre 500 e cinco mil réis, quantias equivalentes a algo entre 27 centavos de dólar e US\$ 2,75.¹⁰⁴ Para efeito de comparação, nos EUA já a partir da década de 1840 muitos livros novos eram comercializados a preços que variavam de seis a 37 centavos de dólar, dependendo do número de páginas e do requinte da edição.¹⁰⁵

Retornando ao texto de Aluísio Azevedo, seus dilemas indicam modificações na posição do escritor diante do público. Uma das novidades é a referência à produção literária como atividade também comercial, e as cogitações sobre a necessidade de modular a obra em função das expectativas do público, algo fora de cogitação para Alencar e outros escritores românticos. Também aparece como novidade a especialização do leitorado, dividido entre crítica e público, grupos aos

¹⁰³ Aluísio Azevedo, *Os mistérios da Tijuca*, cap. LXI. Citado por Marlyse Meyer, *Folhetim — Uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 306.

¹⁰⁴ Cf. Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história*, pp. 226-230.

¹⁰⁵ Cf. Frank Luther Mott, *Golden multitudes — The story of best sellers in the United States*, p. 77.

quais se atribuem abordagens específicas em relação às obras. No primeiro caso, a noção de que o crítico não lê, mas decreta, sugere que esse grupo seja formado por uma minoria que detém muito poder e é apresentada como potencial inimiga do artista, forçado a se adaptar ao gosto duvidoso do homem comum que, embora também possa se revelar inimigo do escritor, é quem no final das contas sustenta sua atividade pela compra do livro. O drama de Aluísio Azevedo, dividido entre a instrução da crítica e a ignorância do grosso público, é o do escritor que, em vias de profissionalização e forçado a redefinir seu papel e sua atitude em relação ao leitorado existente, coloca-se num lugar à parte.

É interessante notar que o escritor abre um parêntese num texto ficcional que por meio do título faz referência aberta aos *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue — paradigma das narrativas baseadas no enredo, na ação e no movimento — para criticar justamente aquilo que ele está imitando. Sem qualquer cerimônia, entrega gato depois de anunciá-lo como lebre, apresentando um folhetim aparentemente conformado às preferências do leitor-comprador para escarnecer do seu gosto atrasado e inocular-lhe o gosto pelo romance moderno:

É preciso ir dando a consa em pequenas doses [...] Um pouco de enredo de vez em quando, uma ou outra situação dramática [...] Depois, as doses de romantismo irão gradualmente diminuindo, enquanto as de naturalismo irão se desenvolvendo; até que, um belo dia, sem que o leitor o sinta, esteja completamente habituado ao romance de pura observação e estudo de caracteres.¹⁰⁶

Embora consciente da discrepância entre a fórmula ficcional que adota e o conteúdo que quer inserir nessa forma ficcional, a atitude de Aluísio Azevedo é reveladora da indefinição de fronteiras na produção cultural do século 19, em que o folhetim, veiculado nos rodapés de jornais e revistas, abrigava desde a literatura artística até a produção mais ligeira, inspirada na ficção popular europeia.¹⁰⁷ A falta de público e a pouca especialização do trabalho intelectual faziam com que o escritor brasileiro do século 19 desempenhasse simultaneamente

¹⁰⁶ *Ibid.* Marlyse Meyer, *Folhetim — Uma história*, p. 307.

¹⁰⁷ Essa indefinição de fronteiras não é exclusividade brasileira. Como observa Marlyse Meyer, a corte "itetrada" de Napoleão III colocava no mesmo plano Flaubert e Ponson du Terrail. Mas,

te papéis que nos países que lhe serviam de referência estavam distribuídos entre vários escritores. Assim, o escritor brasileiro via de regra era também crítico e homem de teatro, e sua produção englobava desde o panfletarismo até a pesquisa estilística. Como seu leitorado estava dividido entre o "grosso público" e a crítica, e nenhum desses grupos era suficientemente numeroso para sustentar uma produção literária, o escritor não podia se dar ao luxo de descartar nem um nem outro, ainda que o trecho revele desprezo pela literatura de apelo mais popular. O resultado é a postura desabusadamente cínica de Aluísio Azevedo ao distribuir piscadelas a gregos e troianos. Por um lado, alicia os compradores de livros ao adotar um formato ficcional que lhes é tão caro; por outro, em pequenas dissertações como as do trecho acima, dirige-se ao leitor "qualificado", que compactua com ele dos preceitos modernos do naturalismo, como a pedir-lhe desculpas pelo embuste. Tudo se justifica pela posição que o escritor se arroga: a de reformador do gosto ficcional atrasado de grande parte do público. O que parece indicar não só a insatisfação do escritor com a degradação do gosto, mas também a dificuldade de se identificar e atender às preferências de um público relativamente ampliado e desconhecido. O dado novo é a percepção da existência de um grupo de leitores virtuais que extrapolava os círculos especializados e semi-especializados da crítica e incluía o grosso público dos compradores de livros. Em suma, havia público, mas era diminuto e precisava ser intencionalmente disputado.

O público minguaado criava outra situação peculiar para o romance brasileiro em comparação com o que ocorria na Europa. Enquanto lá pela primeira vez se constituía um público heterogêneo para a produção literária, no Brasil a produção chegava a círculos restritos e pequenos, compostos por gente próxima do escritor, criando uma forte personalização da relação entre autor e público. A grande maioria dos intelectuais, independentemente de sua origem, escrevia para os jornais ou revistas financiados pelas oligarquias e publicavam livros destinados a

por outro lado, havia na França alguma distinção entre os campos, uma vez que havia um "grosso público francês" para a literatura ligeira, e os escritores famosos de *feuilleton*, como Xavier de Montépin e Émile Zola, sonhavam pertencer à *Société des Gens de Lettres*, da qual participavam os "verdadeiros escritores". Cf. Marlyse Meyer, *Folhetim — Uma história*.

um público leitor não muito maior que a oligarquia ou os grupos urbanos que compunham sua clientela.¹⁰⁸ Muitos livros eram financiados com recursos dos próprios escritores, membros da elite, ou sob os auspícios diretos do Imperador, que nas palavras de Nelson Werneck Sodré "bafejava-os com o seu aplauso e com o seu apoio, que era uma forma de disfarçar o desaprovecho geral."¹⁰⁹

Havia outra diferença importante entre as condições do escritor dos dois lados do Atlântico. Na Europa, o isolamento do escritor em relação ao público e sua recusa às demandas e peculiaridades do mercado faziam parte de uma concepção romântica de autoria em certa medida derivada da condição social peculiar já descrita por Sartre:

É a burguesia que o lê, e só ela que o sustenta e que decide quanto à sua glória. É em vão que ele [o escritor] finge recuar para considerá-la em conjunto: para julgá-la, seria necessário em primeiro lugar que ele soubesse de dentro dela, e não há outra maneira de sair se não experimentando os interesses e a maneira de viver de uma outra classe. Como ele não se decide a fazer isso, vive na contradição e na má-fé, pois sabe, e ao mesmo tempo não quer saber, para quem escreve. De bom grado fala daquela solidão e, em vez de assumir o público que escolheu dissimuladamente, inventa que o escritor escreve só para si mesmo ou para Deus (...)¹¹⁰

Essa postura solitária, segundo Sartre dissimulada por alguns escritores europeus, foi largamente adotada pelos escritores brasileiros. Mas aqui a solidão do artista não servia para falsear a relação que o escritor efetivamente estabelecia com um público burguês; pelo contrário, mascarava a escassez desse público, uma vez que século 19 afora e século 20 adentro mal havia quórum, em qualquer segmento da sociedade brasileira, para dar autonomia à produção literária. O que na Europa podia aparecer como artifício e afetação — e na opinião de Sartre escondia até intenções pouco nobres —, entre nós indicava, ainda que inadvertidamente, o afastamento real entre escritor e

¹⁰⁸ Emília Vioni da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 7. ed., São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1999, p. 262.

¹⁰⁹ Nelson Werneck Sodré, *História da Literatura Brasileira*, p. 212.

¹¹⁰ Jean-Paul Sartre, *Que é a literatura?*, p. 95.

público, e também o desconhecimento generalizado, mesmo entre os escritores, da realidade circundante.

...

Recapitulando: a percepção do público leitor como questão problemática atravessa o século 19 brasileiro, embora as explicações para a pequena circulação e repercussão da literatura nacional se transformem muito nesse período. Embora os problemas diagnosticados por Alencar, na década de 1860, e por Azevedo, na década de 1880, fossem muito semelhantes, há diferença no modo como esses escritores, emblemáticos de suas gerações, explicavam as dificuldades e se referiram ao público leitor: Num primeiro momento, supõe-se a existência de um público numeroso, mas caprichoso e indolente, como acreditavam Alencar e os primeiros românticos; num segundo momento, a pouca repercussão da literatura é associada à exiguidade do público leitor; num terceiro momento, esse público leitor passa a ser encarado como potencial consumidor de literatura, uma mudança de percepção que tem a ver com a organização da produção e comercialização dos livros.

O próximo capítulo estuda como a especialização e profissionalização da atividade literária, verificadas sobretudo nas três últimas décadas do século 19, contribui para a formulação de explicações mais concretas para a baixa repercussão da produção literária local, explicações baseadas na constatação da falta de um leitorado numeroso de panfletos, quanto mais de romances. Isso colocava em dificuldades o projeto romântico e alencariano de construção nacional pelo romance, que será modificado por Machado de Assis, como veremos a seguir.



Editoração e impressão
Gêneros literários e científicos. 4.000
Número 1. 1.º de 1873.

Observações

Inscrever-se para a publicação de Arquivo Contemporâneo, 84, Rua da Assembleia, 84, Rio de Janeiro.

1.º de 1873

Depositar, A. A. de Carvalho



José de Alencar

Machado de Assis

No ano seguinte à publicação de seu primeiro romance, *Assustado*, de 1872, Machado de Assis aparece no título do consagrado *Assis* de Alencar na capa do *Arquivo Contemporâneo*. A reputação de Machado, nesse momento, vinha principalmente de sua atuação como poeta e crítico.

Fonte: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos



RECENSEAMENTO

— Está censo no las rodas q' n'ro; eu, estudante, solteiro, sem mais nem menos, tenho de marcar as pessoas que permitiram do 31 do passado a 1 de corrente em minha casa! Como fazê-lo, Maria? Não dá decidir que permitisse aqui?

— Foi não, ha homens com nomes de mulheres, por exemplo q' Rio Branco, chama-se José Maria; escreve Maria José da Conceição—porque assim não se comprometes, caso a lista vá cair nas mãos do teu tio.

O primeiro recenseamento geral do Império, realizado em 1872 e com resultados divulgados em 1876, revelou o número de habitantes no Brasil. A informação de que 84% da população era analfabeta saiu como uma bomba entre os homens letrados do país.

Fonte: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos

CAPÍTULO 2

A GUERRA DO PARAGUAI, O PRIMEIRO RECENSEAMENTO E O 'BOM LADRÃO' GARNIER

Os fatos aqui são rebeldes.
(Baptiste Louis Garnier, 1877)

As alterações de percepção do papel do escritor e das possibilidades comunicativas da produção literária são alguns dos aspectos das transformações profundas ocorridas no Brasil da década de 1870 e que podem ser sintetizadas por três acontecimentos fundamentais: o final da Guerra do Paraguai, a realização do primeiro recenseamento geral do Império, em 1872, e especificamente no campo das letras, o conhecimento e a regularização da produção editorial, que tem sua figura máxima em B. L. Garnier, cuja reputação de avarente lhe valeu o apelido de Bom Ladrão Garnier, brincadeira com as iniciais de Baptiste Louis. As noções muito vagas do império imaginado pelos românticos não resistem às transformações por que passa o país ao longo da década de 1870, transformações para as quais a campanha do Paraguai tem papel decisivo, idéia compartilhada por várias gerações de historiadores que atribuem à guerra o ineditismo de promover o convívio próximo e prolongado de brasileiros das várias províncias e de diversas origens sociais.

Juntamente com a abolição progressiva da escravidão, a guerra e o recenseamento constituíram uma nova realidade que, na expressão sintética de Eduardo Silva, produziu "uma verdadeira revolução na auto-imagem e, portanto, na auto-estima daquela jovem comunidade em formação", fazendo com que o indigenismo romântico se transformasse em "moda literária do passado, longe do gosto e da cabeça nova dos intelectuais dos anos 80" que se defrontavam com grandes e novos desafios.¹¹¹ José Veríssimo já havia notado, no início do século 20, que a

¹¹¹ Cf. Eduardo Silva, *Doim Ubi d'Africa, o príncipe do povo: rida, revolta e pensamento de um bomem livre do cor.* São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 54 e 150.

Guerra do Paraguai produziu um impacto razoável sobre o nacionalismo exclusivista forjado pelo Romantismo, contribuindo para alterar a imagem do país e influenciando diretamente nos assuntos e no tom da produção literária:

Pela primeira vez depois da Independência (pois a guerra do Prata de 1851 mal durou um ano e não chegou a interessar a nação) sentiu o povo brasileiro praticamente a responsabilidade que aos seus membros impõem estas coletividades chamadas nações. Ele, que até então vivia segregado nas suas províncias, ignorando-se mutuamente, encontra-se agora fora das estreitas preocupações baírristas do campanário, num campo propício para estreitar a confraternidade de um povo, o campo de batalha. De província a província trocam-se idéias e sentimentos; prolongam-se após a guerra as relações de acampamento. Houve enfim uma vasta comunicação interprovincial do Norte para o Sul, um intercâmbio nacional de emoções, cujos efeitos se faziam forçosamente sentir na mentalidade nacional. A mocidade das escolas, cujos catecúmenos se faziam soldados e marchavam para a guerra, alvorçou-se com o entusiasmo próprio da idade. Os que não deixavam o livro pela espada, bombardeavam o inimigo longínquo com estrofes inflamadas e discursos tonitruantes, excitando o fervido entusiasmo das massas.¹¹²

O final da Guerra, coincidindo com o "ano climatérico" de 1870, inicia um momento de crise que Sílvio Romero definiu como a tomada de consciência de um "estado de penúria real", que levava os escritores e intelectuais brasileiros a se afastar "da mentira, da falácia espiritual e política" da literatura romântica. Para Romero, a obra de Machado de Assis da segunda fase, com seu tom desgostoso, pessimismo e humorismo patético, seria um documento desse momento de crise "pelo lado da impotência visionária." Nem é preciso dizer que a reação positiva à crise será dada, na opinião de Romero, por Tobias Barreto e seus amigos da escola crítica do Recife. Sílvio Romero, conhecido tanto pela finura de algumas de suas análises quanto pelo equívoco na distribuição dos valores, acerta ao considerar a obra da segunda fase de Machado de Assis como documento da crise causada pela constatação do estado de miséria intelectual do país, mas parece errar ao considerar a postura da impotência como

¹¹² José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, p. 220.

fato negativo e defender o engajamento panfletário da produção intelectual nacional. A obra de Sílvio Romero está, aliás, profundamente impressionada pelo contraste entre o imenso contingente de analfabetos e o confinamento da produção literária ao "grupo minúsculo que neste país faz a literatura"¹¹³, condição da produção literária brasileira que o crítico sergipano acredita poder ser revertida com o empenho dos escritores no esclarecimento do "povo". Trata-se de solução oposta à encontrada por Machado de Assis para continuar produzindo literatura sem correr o risco de ser acusado de mistificador da realidade ou alienado do seu tempo e país — acusação que pesou sobre o escritor até o final da década de 1950, quando Astrojildo Pereira começou a desmontar a imagem do escritor ausente até então associada a Machado.

Tratemos por enquanto da estatística e suas classificações, que fazem parte do instrumental científico moderno louvado por Sílvio Romero. Embora tenha havido tentativas anteriores de incluir o Brasil no "congresso estatístico das nações"¹¹⁴, isso só se deu em 1872, com o

¹¹³ Sílvio Romero, *Machado de Assis — Estudo comparativo de Literatura Brasileira*, Campinas, Editora da Unicamp, 1992, pp. 155-8.

¹¹⁴ Essa é a finalidade da defesa que Joaquim Norberto de Souza e Silva faz da realização do primeiro recenseamento geral da população do Brasil no documento *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de por si tentados desde os tempos coloniais até hoje*, de 2 de maio de 1870 e dirigido ao Conselheiro Paulino José Soares de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Nessa monografia, encomendada pelo ministro ao historiador e escritor, Joaquim Norberto relata duas tentativas fracassadas de apuração da população do país, uma em 1819 e outra em 1850. A primeira teve seus resultados publicados em *A Igreja do Brasil ou informação para servir de base à divisão dos bispados, projetada no anno de 1819, com a estatística da população do Brasil considerada em todas as suas diferentes classes, na conformidade dos nupcias das respectivas províncias e numero de seus habitantes*. A segunda apuração, determinada pela lei de 6 de setembro de 1850, em que o Governo ficou autorizado a dispor o que fosse necessário para realizar o censo geral do Império, não foi bem-sucedida devido às resistências colocadas "pela parte da população menos sensata e ilustrada que, segundo o Visconde de Monte-Alegre, "lucamente" acreditava que o registro "só tinha por fim escrever a gente de cor". Na província de Pernambuco, onde "o scisma e a prevenção contra o Regulamento atraheu maior numero de desatizados, que em frenetico delírio o apellidava lei do capivetro", houve mortos e feridos, e a execução do primeiro censo geral

primeiro recenseamento geral que introduziu categorias como grau de instrução e alfabetização, não aferidas nem mesmo em apurações parciais, como a realizada no Município Neutro do Rio de Janeiro em 1870, considerada a mais perfeita entre todas as realizadas na capital do país durante o Império.¹¹⁵

Há muito se sabia da restrição e precariedade da instrução no país, mas os dados do recenseamento caíram como uma bomba sobre o Brasil letrado. O recenseamento geral, iniciado em 1º de agosto de 1872, teve os trabalhos concluídos quatro anos mais tarde, quando tiveram ampla divulgação na imprensa. Todos os principais jornais da corte trouxeram na edição de 5 de agosto de 1876 o texto do ofício assinado por Manoel Francisco Correia e dirigido ao ministro e secretário de estado dos negócios do império, José Bento da Cunha e Figueiredo, com os dados coletados pelo censo. No dia 14 do mesmo mês, *O Globo*, o jornal mais progressista em circulação e sem-vínculo direto com qualquer partido político, reproduziu em sua primeira página texto originalmente publicado em *A Província de S. Paulo*, intitulado "Algarismos eloquentes", que apresentava alguns dados sobre o índice de analfabetismo seguidos da constatação inexorável: "Somos um povo de analfabetos!" O jornal, que duas semanas antes publicara artigo definindo o Brasil como país onde não há um "cidadão popular" devido à "falta de educação do povo em geral, instrução defeituosa e pouco amor ao estudo"¹¹⁶, por vários dias continuaria a se referir aos dados do censo:

do Império foi suspensa por Decreto em janeiro de 1852. Para mais detalhes sobre o assunto, ver Joaquim Norberto de Souza e Silva, *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si lentados desde os tempos coloniais até hoje*. A identificação do recenseamento com a atividade censória tem testemunho no samba de Assis Valente gravado por Carmen Miranda em 1940 cujos versos dizem o seguinte: "É o agente recensorador/esmirrou a minha vida/ que foi um horror."

¹¹⁵ Nesse censo, a população foi classificada em relação à condição civil (livres e escravos), sexo, idade, estado civil, raça e profissão.

¹¹⁶ *O Globo*, 31.7 e 1.8.1876, ano 3, n. 206, p. 1. Esse artigo, intitulado "A opinião pública no Brasil", apareceu no *Diário da Manhã* de 23.8.1876, que dois dias depois trouxe um resumo do recenseamento, que incluiu dados em relação a sexo, condição civil (livre ou escravo), estado civil, religião, nacionalidade, "defeitos físicos e morais", instrução, frequência de escola.

A Imprensa Industrial: Revista de Literatura, Sciencia, Artes e Industrias noticia os dados apurados pelo recenseamento em sua edição de 10 de agosto. O impacto causado pelos números, no entanto, só se fará sentir num longo artigo intitulado "Estatística do Império", de 20 de agosto:

Por menos exato, entretanto, que seja o resultado a que chegou a repartição encarregada desse difícil ramo de serviço, um fato ficou patente, provado a toda evidência e de dolorosa impressão para o país: o triste estado de ignorância, as profundas trevas em que ainda tateia, uma grande parte do povo.

!...! A população escolar de 6 a 15 annos eleva-se a 1.902.454, desta frequentam escolas 320.749 crianças de ambos os sexos, e crescem nas trevas da ignorância 1.581.705!

É um fato constritador!

(...) Fideiati o povo e teres citadãos, deixai o na ignorância e toda idéia de nacionalidade será um mito, nota suavissima, porém perdida e sem eco nas vastidões de um deserto.¹¹⁷

O texto deixa claro o impacto desmiçificador dos algarismos sobre a idéia abrangente de nacionalidade até então vigente, idéia agradávelíssima sem dúvida, mas irreal. E termina bradando ao governo, às municipalidades, ao país inteiro: "Luz, luz, luz a jorros!" A mesma reivindicação do derramamento de luzes sobre o Império aparecera em alemão — "Licht! Licht! Licht!" — na epígrafe de um longo artigo publicado no jornal humorístico *O Mosquito* de 12 de agosto de 1876 e assinado com o pseudônimo de Alfredo Riancho.¹¹⁸ Do artigo, dividido em oito capítulos de títulos jocosos como "São ou não, mudos, todos os que não falam?"¹¹⁹ e "Só?", título da seção sobre o número de dementes apura-

¹¹⁷ Anônimo, "Estatística do Império", in *A Imprensa Industrial*, 20.8.1876, pp. 85-8.

¹¹⁸ É possível que seja uma variante do pseudônimo de Henrique Samuel de Nogueira Rodrigues, um dos fundadores, com Bortolo Pinheiro, de *O Mosquito*, que costumava assinar Riancho. Nascido em Lisboa, veio para o Brasil em 1868, onde trabalhou também em *O Besouro* e no *Jornal do Comércio*. Cf. Raimundo de Menezes, *Dicionário literário brasileiro*, 2. ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 191.

¹¹⁹ *O Jornal do Comércio* de 6 de agosto publicara um artigo assinado pelo Instituto dos Surdo-Mudos comentando os resultados do recenseamento que indicavam a existência de

dos pelo censo, vale reproduzir o capítulo sétimo, intitulado "Escolas! Escolas! Escolas!":

Há apenas [...] 550.981 mulheres que sabem ler.

Os pais das nossas compatriotas não hão de ter muito trabalho, para que suas filhas não escrevam aos namorados!

As Sael e as George Sand não hão de abundar, com certeza, num país onde vão à escola apenas 165.098 meninas por 795.574 que ficam em casa a conversar na cozinha com a criadela!¹²⁰

Nas províncias, notícias com os dados do recenseamento foram publicadas com a rapidez que os meios de transporte da época permitiam. N' *A Província de São Paulo*, o escritório de Manoel Francisco Correia ao ministro do Império foi reproduzido na edição de 10 de agosto junto com o já mencionado artigo "Algarismo eloquentes", que trata de números apurados pelo recenseamento.¹²¹ O mesmo artigo aparece dois meses mais tarde no jornal maranhense *O Paiz* — *Órgão Especial do Commercio*. Publicado com o mesmo título, mas sem assinatura ou qualquer referência ao fato de ter sido anteriormente publicado no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que, aliás, era prática comum na época.¹²² Em Minas, um jornal de curiosa epígrafe — "Leimos no presente, soletramos no futuro" — manifesta sua indignação com o fato de o recenseamento ter sido concluído sem a inclusão dos dados relativos à população de 11 freguesias da província de Minas, queixa recorrente num longo artigo, datado de 13 de agosto, dedicado aos resultados do censo. Os redatores d' *O Monitor Sul-Mineiro* — *Semanário de Literatura, Indústria e Notícias* da cidade de Campa-

¹²⁰ 595 surdos-mudos no Império, o que fazia do Brasil, segundo o mesmo artigo, o terceiro país com maior população de surdos-mudos. O objetivo do artigo era consolidar a simpatia que o Instituto gozava junto ao governo imperial, que sustentava a instituição com verbas generosas e recebia atenção direta do Imperador.

¹²¹ *O Mesquillo*, 10.8.1876, ano 8, n. 378, pp. 2 e 3.

¹²² *A Província de São Paulo*, 10.8.1876, ano II, n. 460.

¹²³ É aliás notável a quantidade de reproduções que um texto originalmente publicado no Rio de Janeiro encontrava nas páginas da imprensa provincial. *O Paiz* — *Órgão Especial do Commercio*, do Maranhão, 22.10.1876, (Ano XVI, n. 172).

nha saem do torpor bairrista duas semanas mais tarde, em artigo que se refere, com grifos, ao "espantoso número de analfabetos do império" e se manifesta "contra o abandono em que os governos de todos os partidos têm deixado a infância de nosso país no meio das trevas de completa ignorância."¹²³

A necessidade de aprimorar e ampliar o acesso à instrução pública tornara-se assunto freqüente na imprensa na década de 1870. Em outubro de 1872, a revista *O Novo Mundo*, publicada em Nova York, trazia quadros mostrando o estado da instrução primária e secundária nas 20 províncias do Brasil. Os dados, coligidos pela própria redação da revista, foram retirados do Relatório do Ministro do Império, publicado três meses antes no *Diário Oficial*, e não incluíam os números do Rio de Janeiro, como explica o texto:

Os quadros que aqui se vêem não incluem o distrito do Município Neutro, sobre o qual o texto do Relatório nos ministra dados muito incompletos. Sabemos, todavia, que a instrução primária no Rio de Janeiro apresenta-nos um aspecto realmente hediondo. Parece que na capital do Império, onde residem os altos funcionários do Estado, onde se publicam de 70 a 80 periódicos diversos e há tanto movimento literário, a educação estaria muito adiantada. Mas talvez seja o ponto mais negro de todo o Brasil. O Sr. Ministro do Império nos diz que no Rio de Janeiro só há uma escola para 1.046 habitantes e, para chegar a este resultado, ele ainda abstrai a população escrava, — como se os escravos não fossem homens e habitantes, não fosse realmente os principais produtores da riqueza do Estado! Esses 'habitantes livres' de que nos fala, acrescenta-nos ele, só 5 1/2 por cento estão matriculados em escolas, ao passo que na velha e decrépita Espanha, e na escrava Itália, a proporção é de 7 por cento, e nos Estados Unidos é de 24 por cento. Assim, os habitantes da capital do 'grande Império da Santa Cruz', do 'grande Cruzeiro do Sul', etc. etc., estão entre 30 e 40 por cento abaixo do nível intelectual dos países mais atrasados da Europa, isto ainda com exclusão dos nossos habitantes escravos! Bem podem os nossos famosos oradores de Sete de Setembro transportarem-se de entusiasmo

¹²³ *O Monitor Sul-Mineiro* — *Semanário de Literatura, Indústria e Notícias*, Campanha da Princesa (MG), edições de 13 e 27 de agosto de 1876. A referência é o artigo publicado na primeira página do diário carioca em 6.8.1876, e reproduzido na primeira página de *O Globo* de 7 e 8.8.1876, assim como em várias outras publicações das províncias.

pelo que temos feito nestes cinquenta anos de vida nacional: a verdade fria está aqui chamando-nos aos sentidos de uma feia realidade.¹²⁴

Com a conclusão do recenseamento, foram divulgados dados mais precisos a respeito da situação na corte. Na edição de 10 de agosto de 1876, a *Imprensa Industrial* publicou o artigo "A Instrução Pública no Rio de Janeiro", informando que na corte, "onde a classe operária é tão numerosa quanto analfabeta", havia apenas nove estabelecimentos de instrução criados por associações filantrópicas, e dez cursos noturnos, dos quais nove tinham sido criados depois de 1872 e somente um existia desde 1858. Em outro texto da mesma edição, a revista volta ao assunto para concluir: "Frequêntam as escolas 155.651 meninos e 165.098 meninas e deixam de frequentá-las 786.131 meninos e 795.574 meninas (!!!)".¹²⁵ Os pontos de exclamação são da revista, e os dados referem-se a todo o Brasil.

A verdade fria dos números novamente vem arrastar as imagens da nacionalidade projetadas pelo discurso oficial, que boa parte dos escritores românticos haviam ajudado a formular. A ironia com que *O Novo Mundo* se refere ao país como "grande Império" e "grande Cruzeiro" vem associada à percepção de quanto a nação brasileira está fundada em mecanismos poderosos de exclusão: dos escravos pelas estatísticas do governo, dos alunos pela escola, da população pelas numerosas publicações jornalísticas e literárias, e finalmente do próprio país em relação aos padrões europeus — ainda que o paradigma fosse fornecido pelos países então considerados como os mais atrasados da Europa.

A proclamação da necessidade de difundir a instrução e o clamor pelo melhoramento do ensino logo se transformam em artifícios retóricos das publicações. O assunto é muitas vezes invocado com destaque pelos jornais e revistas, principalmente nos seus números iniciais, o que aparentemente servia para atribuir ao novo veículo missão e relevância públicas, justificando sua criação por uma necessidade que transcendia os interesses dos seus proprietários e de poucos leitores. À medida que fica evidente o estado de ignorância generalizado e a abrangência do analfabetismo no país, torna-se cada vez mais imperativo

¹²⁴ *O Novo Mundo*, 23.10.1872, vol. 3, p. 6.

¹²⁵ *A Imprensa Industrial*, 10.8.1876, pp. 13-6.

criar justificativas para a criação de um novo veículo de comunicação escrita num ambiente que não comportava nem mesmo as publicações existentes. A invocação do caráter educativo da imprensa parece atingir o paroxismo no final da década de 1870, quando um jornal dirigido a patinadores, o *Skating-Rink* — *Jornal Humorístico e Literário dos Patinadores*, traz no seu segundo número um editorial intitulado "Instrução Pública", procurando atribuir relevância social a um veículo cuja existência devia-se exclusivamente à frivolidade de um modismo.¹²⁶

Voltando às reações ao censo, o brado erguido pela *Gazeta de Notícias* repercutiu também na Bahia. Em *O Monitor* de 15 de agosto, a notícia dos resultados do censo acompanha texto publicado com destaque no alto da primeira página: "Insuficiência da instrução pública". O jornal retoma um assunto que estava em pauta naqueles dias, utiliza a estatística como "prova mais evidente de nosso atraso em semelhantes ramo ('o público serviço') e, depois de citar os principais números apurados pelo censo, conclui: "O triste resultado destes algarismos é que setenta e nove por cento das crianças livres deste país não frequentam as escolas."¹²⁷

A impressão causada pela divulgação das estatísticas do Império não foi efêmera. Dois anos mais tarde, a *Revista da Sociedade Phenix Literária* voltava ao assunto. Ao tratar das dificuldades enfrentadas pela revista para se manter em circulação apenas seis meses depois do lançamento do seu primeiro número, o redator apelava para o recenseamento: "por ele ver-se-há que no quadro do desenvolvimento intelectual do povo brasileiro o que menos há é luz! Em compensação (triste compensação!) temos mais do que sombra — temos trevas!"¹²⁸

¹²⁶ *Skating-Rink* — *Jornal Humorístico e Literário dos Patinadores*, Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio, 1878.

¹²⁷ *O Monitor*, 15.8.1876, Ano I, n. 61, p. 1, grifo do original. Assim como esse jornal baiano, administrado por Agripino José Lopes, vários outros periódicos da corte referiram-se a 79% de crianças livres em idade escolar que não frequentavam escola; no entanto, de acordo com os dados do recenseamento, esse percentual seria de 83%.

¹²⁸ *Revista da Sociedade Phenix Literária*, Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico. Revista mensal que circulou entre janeiro de 1878 e julho de 1879. Edição de julho de 1878, p. 150, texto assinado pela redação, que era composta por Urbano Duarte, Antônio Silveira, Lauro Sodré, Paulo Marques e M. Valladão.

A *Imprensa Industrial* também voltou ao assunto, agora estabelecendo as pontes entre a situação da imprensa e da literatura com a "triste verdade" revelada pelo recenseamento num artigo do qual vale reproduzir este longo trecho:

O Brasil é terra dos periódicos; desde a capital até os mais remotos pontos do Império, trabalham os prelos, surgem os jornais de toda parte. Uns vivem longa vida, muitos, se não a maior parte, nascem e morrem (...). A razão por que morrem é clara; não há quem leia; triste verdade esta em um país que diz ser livre e onde tanto se fala em liberdade, como se em torno desse laço luminoso pudessem subsistir as trevas! (...)

Dizia-nos o Sr. Garnier, um dia em que lhe perguntávamos por que não barateava os seus livros:

— Porque tenho prejuízo com isso.

— Não é exato, lhe respondemos; se baratear o livro, ganha menos, é certo, mas como necessariamente vende mais ganha por conseguinte o mesmo pelo menos.

— Nisto está o seu erro, não respondeu ele, o preço não influi sobre o número dos meus frequentes, digo-lho eu praticamente; tanto faz que eu venda uma obra por dez tostões como por dez mil réis, o consumo de exemplares é sempre o mesmo, daí vem a base dos meus preços, porque antes de expor o livro à venda já sei o número de exemplares que hei de vender, e como esse número é pouco avultado, preciso fazer um preço que retribua os sacrifícios do meu negócio e o emprego do meu capital.

— Mas isso é contrário a todos os princípios econômicos, tornamos nós, a regra é o aumento do consumo na razão da barateza do mercado.

— Isso é possível em princípio, replicou ele com um sorriso malicioso, mas os fatos aqui são rebeldes, e na prática essa teoria não resiste à prova material.

...

Esta singularidade deu-me que pensar muito tempo, e aquela risadinha do único editor das massas produções literárias, andou a mistificar-me por muito tempo.

Entreamo ele um razão, curadas de razão. O fato explica-se naturalmente. Quem compra livros é porque precisa deles, quem deles precisa é quem sabe ler, e os que sabem ler são poucos.

Não é questão para se submeter a preceitos da ciência econômica; resolve-se pela estatística geral do Império.

Um poucas palavras diz-se tudo:

Não sabemos ler:

A alma enluta-se perante esta triste verdade, as faces coram de vergonha, mas a realidade é essa.¹²⁹

É notável a atualidade da conversa entre o jornalista e o editor no final da década de 1870 e dos termos ainda hoje muito utilizados para descrever, com algumas modificações, o mercado de jornais, revistas e livros de literatura brasileira. Notável também é a precocidade do diagnóstico de Baptiste Louis Garnier para um mercado de literatura incipiente não só em termos de circulação e consumo, mas também no volume de produção de obras literárias. Garnier foi figura fundamental para a definição do mercado real das publicações brasileiras, por ter sido o primeiro editor a publicar sistematicamente autores nacionais, tendo lançado 655 trabalhos de autores brasileiros no período 1860-1890, além de muitas traduções de autores estrangeiros, como Dumas, Hugo, Montepin, Feuillet etc.¹³⁰

O que se nota é que, ao longo da década de 1870, começam a se produzir novas informações e sínteses sobre o país, sua população, leitores e eleitores. A exclusão dos escravos, placidamente aceita até o início da década, começa a ser questionada pelos movimentos abolicionistas. Tudo isso tem enorme impacto sobre a idéia romântica de construção nacional, que se tornava insustentável, e coloca a *intelligentsia* brasileira diante de um ambiente intelectual baseado principalmente na oralidade, do "mundo pré-literário de escravos, libertos e homens livres" tratado por Eduardo Silva em trabalho importante para se compreender as décadas de 1870 e 1880 na capital do Império.¹³¹

¹²⁹ *Imprensa Industrial*, 25.6.1877, pp. 761-4, Rio de Janeiro, *Imprensa Industrial*, 1876-1877. Proprietário: Lino de Almeida. Redatores: Lino de Almeida, Felix Ferreira e Velho da Silva. Grãos meus.

¹³⁰ Vide Paulo Berger, *A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos 1808-1900*, Rio de Janeiro, Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984, p. 56. Laurence Haillevell, *O livro no Brasil: sua história*, p. 146.

¹³¹ Cf. Eduardo Silva, *Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, p. 159.

A representatividade da literatura e suas possibilidades de circulação ficavam bastante modificadas com a nova imagem que se desenhava para o país. Ao escritor cabia inventar novos regimes de comunicação com um público cuja dimensão fora sensivelmente reduzida pelo melhor conhecimento da realidade do país.

O guarani na rua dos Ciganos e o impacto da realidade sobre o projeto romântico

A medida da discrepância entre o projeto de representação da nação pelo romance e sua eficácia como veículo de projeção da nacionalidade é dada pelo caso emblemático d'*O guarani*. Frequente e generalizada-mente referido como o grande romance popular brasileiro do século 19, esse talvez seja o melhor exemplo do modo como a crítica, empenhada em definir a especificidade da produção brasileira e construir os mitos literários nacionais — e os mitos da nacionalidade por meio da literatura —, encampou e endossou o projeto formulado pelos românticos de uma literatura extensiva, no sentido de uma literatura que abarcasse e desse conta de representar o máximo possível da paisagem e da "realidade" brasileira. José Veríssimo refere-se a ele como "o romance brasileiro por excelência, o nosso epos".¹³² Raimundo Magalhães Júnior, biógrafo de Alencar, afirma que o romance "representou um grande momento na acanhada vida literária brasileira do início do primeiro quartel do século dezenove."¹³³

Sobre a publicação do romance em folhetins, diz o Visconde de Taunay em suas *Reminiscências*:

Em 1857, talvez 56, publicou *O guarani* em folhetim no *Diário do Rio de Janeiro*, e ainda vivamente me recordo do entusiasmo que despertou, verdadeira novidade emocional, desconhecida nesta cidade tão entregue às exclusivas preocupações do comércio e da bolsa, entusiasmo particularmente accentuado nos círculos femininos da sociedade fina e no seio da mocidade,

¹³² José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, p. 193.

¹³³ R. Magalhães Júnior, *José de Alencar e sua época*, São Paulo, Lisa — Livros Irradiantes, 1971, p. 69.

então muito mais sujeita ao simples influxo da literatura, com exclusão das avaliações de caráter político.

Relembrando, sem grande exageração, o celebre verso:

"*Tout Paris pour Chénier et les yeux de Rodrigue*", o Rio de Janeiro em peso, para assim dizer: lia o *Guarani* e seguia comovido e enleado os amores tão puros e discretos de Cecy e Pery [...]

Quando a S. Paulo chegava o correio, com muitos dias de intervallos então, reuniam-se muitos e muitos estudantes n'uma *republica*, em que houvesse qualquer feliz assinante do *Diário do Rio*, para ouvirem, absortos e sacudidos, de vez em quando, por eléctrico frémito, a leitura feita em voz alta por algum d'elles, que tivesse órgão mais forte.

E o jornal era depois disputado com impaciencia e pelas ruas se via agrupamentos em torno dos fumegantes lampões da iluminação publica de out'ora — ainda ouvintes a cercarem avidos qualquer improvisado leitor.

Em escala, comparavelmente superior já se sabe, pelas circunstancias concorrentes, succedem o mesmo em Paris, ao apparecerem os primeiros fascículos dos *Misermois*, que tamanha intensidade de fama deram ao nome de Victor Hugo e ao mesmo tempo tantas centenas de milhares de francos lhe metteram nas algibeiras.¹³⁴

As observações de Taunay, publicadas em volume em 1908, sobre o sucesso eletrizante de *O guarani* no Rio e em São Paulo contém um certo exagero e lembra o hábito ainda hoje vigente entre a elite brasileira de assumir que um pequeno grupo representa algo muito maior do que apenas um pequeno grupo. A referência ao *frisson* causado pelo livro nas repúblicas de estudantes — dado plausível, uma vez que os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo representavam parte significativa do leitorado brasileiro na segunda metade do século 19 — logo em seguida é generalizado para toda a cidade. As comparações com Paris e Victor Hugo, no entanto, logo são relativizadas pelas *circunstancias concorrentes* e pelo fato de Alencar, diferentemente de Hugo, não ter obtido proventos pecuniários com as vendas de *O*

¹³⁴ Visconde de Taunay, *Reminiscências*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1ª edição, 1908, pp. 86-7. Raimundo Magalhães Júnior, em *José de Alencar e sua época*, reproduz e endossa as palavras de Taunay, afirmando que "tudo isso resultava de um interesse natural e espontâneo de um fervor erando entre os leitores".

guarani. Operação inversa — generalização e posterior relativização — está neste trecho de Câmara Cascudo, num prefácio a *Lucíola*, em que ele se refere ao hábito de se decorar páginas inteiras dos romances de José de Alencar como indicio da popularidade de sua obra. O hábito, inicialmente generalizado para o "Brasil inteiro", logo depois passa a se referir a "dezenas e dezenas de pessoas":

Um índice maravilhoso do fato de sua obra ter apascentado o Brasil inteiro! era o fato de decorar-se páginas inteiras de Alencar não para declamá-las mas por um diário contágio, uma comunicação ininterrupta, de autor a leitor. Ainda há poucos anos dezenas e dezenas de pessoas por esse nordeste do Brasil sabiam as páginas iniciais de *Iracema*, sem engano de uma só palavra.

Nelson Werneck Sodré interpreta a suposta receptividade ao folhetim e ao livro como um sintoma da constituição de um público para a literatura brasileira: "O aparecimento de *O guarani*, primeiro em folhetim, depois em livro, encontra um ambiente receptivo: o livro, como o folhetim, atendem, de maneira profunda, a solicitação do público existente."¹³⁵ Antonio Candido aponta esse romance como o que concorreu para dar a Alencar "glória junto aos leitores — certamente a mais sólida de nossa literatura."¹³⁶ Leia-se agora o que diz o próprio Alencar a respeito das edições em livro de *O guarani*:

Era essa edição de mil exemplares, porém, trezentos estavam truncados, com as vendas de volumes que se faziam à formiga na tipografia. Restavam pois setecentos, saindo o exemplar a 2\$000.

Foi isso em 1857. Dois anos depois comprava-se o exemplar a 5\$000 e mais, nos belchiores que o tinham a cavalo do cordel, embaixo dos arcos do Paço, donde os tirou o Xavier Pinho para a sua livraria na rua dos Giganos. A indiferença pública, senão o pretensioso desdém da roda literária, o tinha deixado cair nas pocilgas dos alfarrabistas.

Durante todo esse tempo e ainda muito depois, não vi na imprensa qualquer elogio, crítica ou simples notícia do romance, a não ser uma filha do Rio Grande do Sul, como razão para a transcrição dos folhetins. Reclamei contra

¹³⁵ Nelson Werneck Sodré, *História da Literatura Brasileira*, p. 289.

¹³⁶ Antonio Candido, *Formação da Literatura Brasileira (Alimentação decisiva)*, vol. 2, p. 222.

esse abuso, que cessou; mas posteriormente soube que aproveitou-se a composição já adiantada para uma tiragem avulsa.¹³⁷

O texto, de 1873, dá notícia de que *O guarani* estava então em sexta edição, incluindo-se a edição clandestina publicada pelo jornal gaúcho.¹³⁸ Como as edições raramente ultrapassavam os mil exemplares, e da primeira só se aproveitaram setecentos, num período de 16 anos circularam pelo país no máximo 5.700 exemplares de *O guarani*. Por um lado, essa era uma marca invejável, o que justifica a popularidade atribuída ao romance por Veríssimo, Taunay, Sodré e Candido; por outro, mostra o caráter relativo da popularidade do romance, pois trata-se de número irrisório para um país então com mais de 9 milhões de habitantes e para uma obra ambiciosa como *O guarani*, com intenções de produzir uma síntese do passado nacional. É verdade, como observou Sílvio Romero, que esse é um dos poucos romances a produzir personagens que efetivamente ficaram em domínio público, como é o caso de Peri e Ceci.¹³⁹ O mais provável, dado o pequeno número de exemplares da obra em circulação, é que a fama obtida pelas personagens ainda no século 19 se devesse mais à oitiva — pela versão operística do romance e pelas leituras em voz alta do folhetim — do que propriamente à leitura do livro.¹⁴⁰ A hipótese é

¹³⁷ José de Alencar, "Como e por que sou romancista", prefácio a *O guarani*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, p. 70.

¹³⁸ Segundo a edição crítica do romance organizada por Darcy Damasceno, as edições de *O guarani* em livro foram as seguintes: 1. ed., 1857; 2. ed., 1864; 3. ed., 1865; 4. ed., 1872; 5. ed., Garnier, 1883. Cf. *O guarani* [edição crítica por Darcy Damasceno], Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/MEL, 1958.

¹³⁹ Em observação maliciosa, mas que dá boa medida da não popularidade da produção literária brasileira, Sílvio Romero observa que nenhum dos escritores mais famosos do século 19 — incluindo Machado de Assis, Macedo, Manuel Antônio de Almeida, Franklin Távora, Taunay, Aluísio Azevedo e Bernardo Guimarães — conseguiram criar um personagem que "tenha entrado na circulação com a assinatura da vida". A exceção seria Alencar, que "conseguiu apenas criar três nomes, *Iracema*, *Peri* e *Alcides*, que se tornaram populares; mas só os nomes", in Sílvio Romero, *Machado de Assis — Estudo comparativo de Literatura Brasileira*, Campinas, Editora da Unicamp, 1992, p. 307.

¹⁴⁰ Luís de Câmara Cascudo, "O Folclore na obra de José de Alencar", prefácio a *Lucíola — Um perfil de mulher. Dia — Um perfil de mulher*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1953, 2. ed., p. 12.

corroborada pelo próprio Alencar, que em 1875 escrevia sobre as diversas versões para o teatro de *O guarani*:

Os leitores d'*O guarani*, d'*As minas de prata*, d'*O gaúcho* e de outros livros, não se encontram, salvo poucas exceções, nos corredores e platéias do teatro. Acredito mesmo que muita gente fina que viu a ópera e drama d'*O guarani*, ignora absolutamente a existência do romance, e está na profunda crença de que isso é alguma história africana plagiada para o nosso teatro.¹⁴¹

O caso de Alencar, além de ilustrar a discrepância entre a intenção de representação/constituição da nação pelo romance e as possibilidades reais de alcance dessa representação, parece reveladora do desejo de se estabelecer uma tradição literária nacional, encampando em nome da pátria o ideal romântico da construção da nação pela literatura, o que fica flagrante nas informações exageradas sobre a popularidade d'*O guarani*. Temos aí a contrapartida, desta vez em chave eufórica, da postura desanimada e ressentida dos escritores com o suposto descalço do público por suas obras. O que está subjacente tanto na postura queixosa dos escritores, de que tratei no primeiro capítulo, quanto nas informações sobre a repercussão retumbante do livro, formuladas *a posteriori* por críticos e memorialistas, é o desconhecimento e a mistificação da realidade do país e do papel modesto que cabia à produção literária no Brasil oitocentista.

O projeto literário de representação nacional constituía-se, portanto, com uma boa dose de miopia e mistificação e uma compreensão bastante restritiva do país: no nível da representação, excluía o escravo, segmento da população que constituía a força produtiva local; no nível da comunicação, a exclusão era ainda maior, uma vez que a atividade literária, extremamente concentrada, atingia na melhor das hipóteses poucos milhares de leitores e auditores, reduzindo o público do romance nacional a uma pequena multidão. A crítica, por sua vez, ao considerar que os hábitos e interesses de grupos restritos possam ser generalizados para toda a sociedade, encampa os mecanismos de exclusão in-

¹⁴¹ Cf. R. Magalhães Júnior, *José de Alencar e sua época*, Lixa — Livros Irradiantes, São Paulo, 1971, p. 316.

plicitos no projeto romântico, com o qual compartilha a crença na construção nacional pela literatura.

O disparate entre as expectativas associadas ao romance e sua real possibilidade de comunicação passa a constituir problema a ser desembarrado pelos escritores sob o risco de ficarem falando sozinhos ou serem acusados de insensibilidade ao ambiente em que estavam inseridos, algo certamente indesejado por romancistas que viam a criação de representações literárias para o país como dever patriótico e se consideravam co-fundadores da nação brasileira.¹⁴² Da mesma forma como os românticos não percebiam como inverossímil a exclusão do escravo da representação da realidade brasileira, não lhes parecia estranho investir a literatura do papel de construtora e difusora dos princípios da nacionalidade num país de analfabetos e de elite inculta. Para além da profunda ignorância a respeito das condições do país, as duas atitudes têm forte componente ideológico e apontam para o mecanismo de dominação inerente à atitude de se falar em nome de quem não tem voz — uma forma de negar a autonomia do outro.

O fato de ser escrito para poucos colocava dificuldades para o romance brasileiro, uma vez que a missão de sintetizar e difundir noções da nacionalidade não casava bem com um veículo que de saída excluía a grande maioria da população, marginal não só ao universo do romance, da literatura e das letras, mas a tudo mais. A missão nacional e patriótica decerto aumentava a frustração dos escritores, que tomavam para si o papel de porta-vozes de um público pouco numeroso e muitas vezes amorfoso diante das coisas literárias. A impossibilidade concreta de fazer do romance um veículo eficiente de divulgação de um imaginário

¹⁴² Situação que não é exclusiva do Brasil, mas de toda a América Latina, e que recebe mais atenção nos países de língua espanhola, onde a pergunta sobre o significado do fazer literário em sociedades onde a autonomia da produção cultural é historicamente precária e onde a desigualdade social se reflete na apropriação desigual dos chamados patrimônios culturais "nacionais" tem chamado a atenção de intelectuais como Ernesto Sábató, Carlos Fuentes, Carlos Monsiváis e Ricardo Piglia, entre outros. Para Néstor García Canclini, "uma hipótese plausível para a sociologia da leitura que algum dia se fará na América Latina é pensar que essas perguntas continuam para organizar as relações desses escritores com seus públicos." Cf. Néstor García Canclini, *Culturas híbridas — Estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, Edusp, 1998, p. 75.

nacional não será percebida pelos primeiros romancistas, ocupados em criar representações literárias — devidamente idealizadas — para as paisagens e costumes locais, o que será considerado suficiente para conferir originalidade à produção nacional.

Machado de Assis não ficou insensível a nenhuma dessas questões. Na *Semana Ilustrada* de 15 de agosto de 1876, ele começa uma crônica tratando da festa da Glória, escorrega para as corridas de cavalo e proclama sua preferência pelo burro antes de tecer os seguintes comentários sobre o resultado do recenseamento:

E por falar neste animal [o burro], publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler.

Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo seu nome, às vezes um nome feio, mas não havendo outro — não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos. As letras fizeram-se para frases; o algarismo não tem frases, nem retórica.

Assim, por exemplo, um homem, o leitor ou eu, querendo falar do nosso país, dirá:

— Quando uma Constituição livre pôs nas mãos de um povo o seu destino, força é que este povo caminhe para o futuro com as bandeiras do progresso desfraldadas. A soberania nacional reside nas Câmaras; as Câmaras são a representação nacional. A opinião pública deste país é o magistrado último, o supremo tribunal dos homens e das coisas. Pego à nação que decida entre mim e o Sr. Fidélis Telles de Menezes Queles; ela possui nas mãos o direito superior a todos os direitos.

A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade:

— A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% fazem em profunda ignorância. Não sabem ler é ignorar o Sr. Meireles Queles; é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha. — por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado."

Réplica etc.

— Mas, Sr. Algarismo, creio que as instituições...

— As instituições existem, mas por o para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estilo político. Não se deve dizer: "consultar a nação, representantes

da nação, os poderes da nação", mas — "consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%". A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na Câmara: "Sr. Presidente, falo deste modo porque os 30% nos ouvem..." dirá uma coisa extremamente sensata.

E eu não sei que se possa dizer ao algarismo, se ele falar desse modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos, e ele tem o recenseamento.¹⁴³

Não se sabe de onde o cronista tirou esses 70%, uma vez que os analfabetos correspondiam a 84% do total apurado pelo censo, que dava uma população de 9.930.478 pessoas, somando ívres e escravos. Tampouco é verdade que toda a população tivesse o direito de votar, como o texto dá a entender, pois havia restrições em relação à idade, profissão e renda mínima. Ao se concentrar na significação e nas consequências políticas do analfabetismo, eleitor e leitor, letras e política estão aproximadas pelo recurso à palavra, ao discurso e à retórica, pela capacidade de formular meias-verdades e forjar falsas totalidades: tudo isso colocado em oposição ao algarismo, que não é de meias-verdades nem de metáforas. O questionamento das noções de representatividade que estão subsumidas tanto no processo político quanto na atividade intelectual, assim como a sugestão de que o leitor, associado ao eleitor, tem um perfil sociopolítico, remetem àquela crônica de 1888 que aproxima leitores e carapicus e na qual o bonde, veículo moderno por excelência, serve a poucos, para grande frustração do condutor.

Apesar do tom de galhofa, é inevitável supor a angústia do escritor diante da constatação do público mingua da literatura. A essa altura, Machado já publicara *Resurreição* e *A mão e a luva*, este último em folhetim antes de sair em livro. No exato momento em que publica a crônica, *Helena* ia a público, também em folhetim, nas páginas d' *O Globo*.

Machado, que alguns anos antes havia declarado sua crença no jornal, "hósta social da comunhão pública" cuja "primeira propriedade é o deramamento fácil em todos os membros do corpo social"¹⁴⁴, por essa época

¹⁴³ Machado de Assis, "História de 15 Dias", 15.8.1876, in *OC*, vol. 3, pp. 344-5.

¹⁴⁴ Machado de Assis, "A reforma pelo jornal", publicado em *O Espelho*, 23.10.1859, in *OC*, vol. 3, pp. 963-5.

ca começava a se dar conta da irrealidade e do excesso retórico de suas formulações. Essa tomada de consciência, de que o artigo reproduzido acima é a expressão mais aguda, foi se formando lentamente, como se desprende da análise da produção crítica machadiana que desde o final da década de 1850 refletia sobre as dificuldades de comunicação com o público e da representatividade social da produção artística.

A precariedade do meio intelectual, objeto freqüente da indignação de artistas que se colocavam numa esfera à parte, como vítimas do meio, deixará de ser percebida por Machado como pura negatividade e/ou contingência externa à atividade literária, passando a ser tratada como condição inerente à produção literária no Brasil. A indiferença geral, a carência de público e de opinião consistente, a sensação constante de queda no vazio deixam de ser tratadas como acidentes lamentáveis ou frutos de conspirações, mas fatos de uma sociedade fundada em poderosos procedimentos de exclusão sobre os quais a produção literária deve refletir.

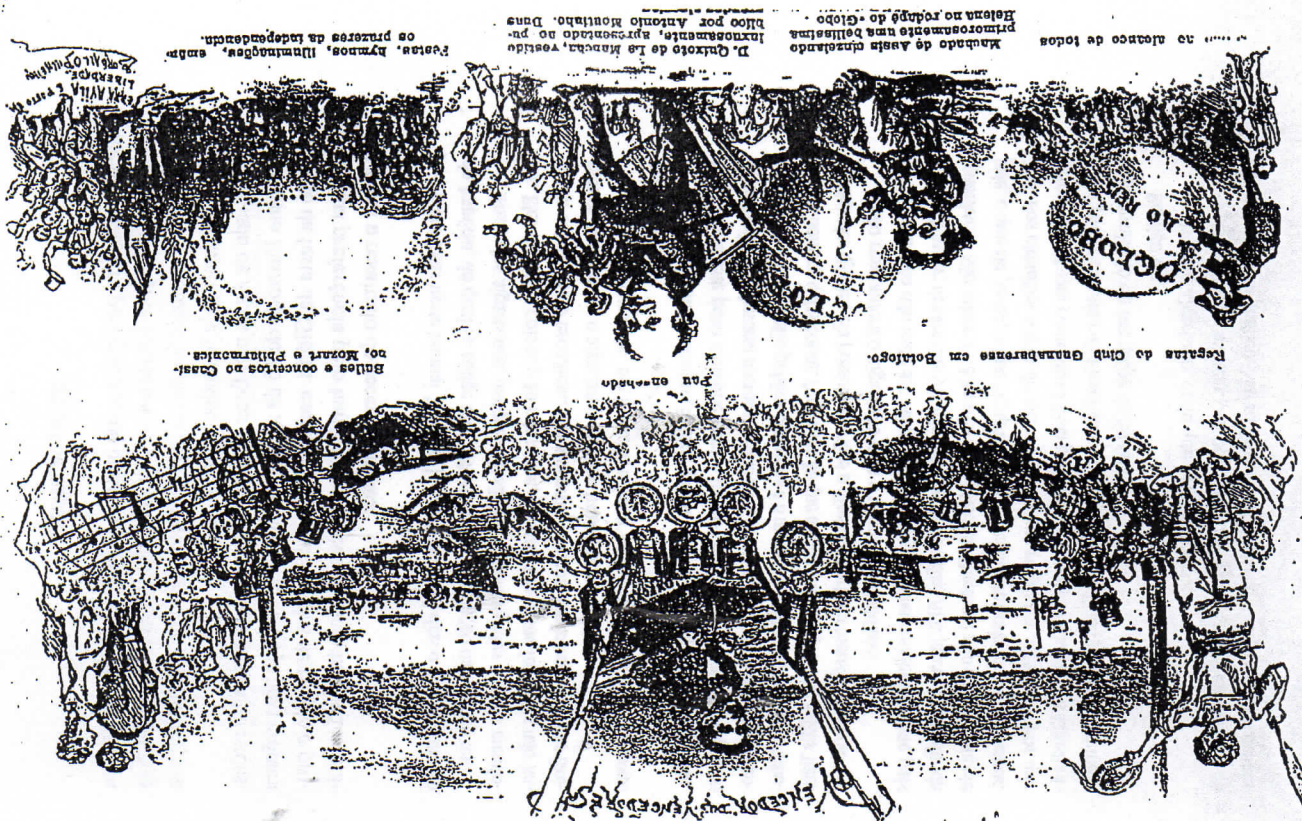


Machado de Assis olzelando primorosamente uma bellissima Helena no rodapé do 'Globo'.

No página ao lado, ilustração de Dardelo Pinheiro sobre a publicação do romance *Helena*, em folhetim de jornal. O *Globo*, entre os fatos mais importantes daquela semana de agosto de 1876. Fonte: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos

No desolho, Machado de Assis aparece esculpindo *Helena* num globo terrestre, para a crítica da época, com seu terceiro romance Machado olzendo o pedrão intermortal. Fonte: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos

ALLEGRIAS DA SEMANA



Regatas do Club Gannaburense em Botafogo. Para emendação. Bulles e concertos no Cassino, Mozart e Philharmonia.

Regatas do Club Gannaburense em Botafogo.

Para emendação.



Poesia, hymnos, illuminações, embalsamamento, e prazeres da independência.

D. Quixote de La Mancha, vestido luxuosamente, apresentado ao publico por Antonio Montalvo. Duna

Machado de Assis olzelando primorosamente uma bellissima Helena no rodapé do 'Globo'.

no alcance de todos